



**DÉBORAH MARA SIADE BARBOSA**

**POLÍTICA DE CONCESSÃO DE  
MICROCRÉDITO: REFLEXÕES A PARTIR DE  
UM ESTUDO MULTICASO NO TOCANTINS**

**LAVRAS – MG  
2013**

**DÉBORAH MARA SIADÉ BARBOSA**

**POLÍTICA DE CONCESSÃO DE MICROCRÉDITO: REFLEXÕES A  
PARTIR DE UM ESTUDO MULTICASO NO TOCANTINS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração Gestão Estratégica, Marketing e Inovação, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador

Prof. Dr. Luiz Marcelo Antonialli

Coorientador

Prof. Dr. Joel Yutaka Sugano

**LAVRAS – MG  
2013**

**Ficha Catalográfica Elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da  
Biblioteca da UFLA**

Barbosa, Déborah Mara Siade.

Política de concessão de microcrédito: reflexões a partir de um estudo multicaso no Tocantins / Déborah Mara Siade Barbosa. – Lavras : UFLA, 2013.

108 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2013.

Orientador: Luiz Marcelo Antonialli.

Bibliografia.

1. Institucionalista. 2. Welfarista. 3. Double bottom line. 4. Microcrédito produtivo orientado. 5. Microfinanças. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 332.3

**DÉBORAH MARA SIADÉ BARBOSA**

**POLÍTICA DE CONCESSÃO DE MICROCRÉDITO: REFLEXÕES A  
PARTIR DE UM ESTUDO MULTICASO NO TOCANTINS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração Gestão Estratégica, Marketing e Inovação, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 26 de março de 2013.

Dr. Bezamat de Souza Neto	UFSJ
Dr. Cleber Carvalho de Castro	UFLA
Dr. Joel Yutaka Sugano	UFLA

Dr. Luiz Marcelo Antonialli  
Orientador

**LAVRAS – MG  
2013**

*Ao Edno e à minha família, que compartilharam comigo este sonho e  
sua realização.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço por acreditar em Deus. Ele se faz presente em minha vida em todos os momentos, me mostrando que o impossível acontece sempre que cremos em Seu poder infinito, e também a beleza e os reais valores da vida. Vivo Contigo e para Ti.

Agradeço à minha mãe, por ser o esteio da casa, exemplo de força, fé e amor que, mesmo de longe, está sempre comigo. Sua ajuda foi indispensável para a realização desta dissertação. Ao meu querido pai, pelo modelo de superação, pelo otimismo e bom humor inabaláveis, crendo que tudo sempre vai dar certo. Ao meu irmão amado, pela torcida e amizade constantes.

Ao Edno, meu porto seguro, pelo amor, apoio, cumplicidade, por acreditar em mim e tornar a vida mais leve e divertida. Obrigada, sobretudo, por me lembrar, diariamente, que a felicidade e a beleza da vida estão nos momentos mais simples. Qualquer conquista só faz sentido com você ao meu lado.

Também não teria conseguido trilhar todo o percurso necessário para a realização de mais esta etapa sem minha estimada família. Vovó, minhas amadas tias e tios e Kellynha, obrigada pelo incentivo e orações constantes.

Tenho certeza de que minha tia/madrinha Dailene também estaria muito feliz pela conclusão de mais esta fase. Do mesmo modo, sou muito grata ao apoio do meu “tio” Hélio Júnior, para a realização das entrevistas que compõem este trabalho, e aos sorrisos de boas-vindas do Hélio Neto e do Heitor.

Esse período, com certeza, teria sido menos alegre e mais difícil se não tivesse contado com a presença das minhas amadas amigas Christiane (durante o mestrado, Lobato), Nayara Noronha e Thaís Alves. Vocês têm um lugar especial no meu coração. MUITÍSSIMO obrigada pelo companheirismo, carinho e pelas partilhas de sonhos e angústias e pela soma de risadas e comilanças. Vocês foram indispensáveis.

Ao professor Cléber Carvalho de Castro, agradeço pelos inúmeros momentos de ensinamentos profissionais e pessoais. A convivência com ele me mostrou que o companheirismo, a serenidade e o desprendimento tornam nossas vidas melhores. Muito obrigada pela disponibilidade e incentivo constantes.

Ao professor Gideon Carvalho de Benedicto, por sua amizade e pelo exemplo de compromisso e humildade. Obrigada por acreditar em meu trabalho. Espero poder ter retribuído à altura.

Não poderia deixar de agradecer ao Prof. Bezamat pelo carinho, simplicidade e entusiasmo ao participar de minha banca.

Aos professores Luiz Marcelo Antonialli e Joel Yutaka Sugano, pela liberdade concedida para o desenvolvimento deste trabalho.

À CAPES, pela bolsa de estudos que possibilitou a realização desta pesquisa. Aos professores e funcionários do DAE, agradeço pelos ensinamentos e pela solicitude com que sempre me atenderam. Em especial, agradeço à Deila Pereira, pela constante presteza.

Aos amigos do GEREI, agradeço pela companhia, as parcerias acadêmicas e o aprendizado. Em especial, gostaria de agradecer ao Daniel Leite, pela alegria com que “enche” diariamente o bloco III do DAE e ao Adriano Tonelli, por seu relógio sempre pontual para as nossas refeições.

Não poderia deixar de agradecer pela gentileza e o carinho do Alessandro de Paula, bem como pela solicitude e a diversão proporcionada pelo Mário de Almeida e as longas conversas com o Américo Pierangeli.

Citaria vários nomes dos amigos do PPGA e, com certeza, levo um pouco de cada um. Agradeço pelos inesquecíveis comentários das aulas de TO, pela partilha das angústias de artigos e resenhas e pelas risadas, casos e experiências de vida que cada um compartilhou. Vários de vocês são realmente muito especiais para mim.

Obrigada, aos “menin@s do PET”, por renovarem minhas convicções na capacidade transformadora das pessoas e ao professor Ricardo Sette, por ser um modelo de amigo-tutor.

Lilian Barros, Christiane Noronha e Tathiana Masetto, obrigada por serem o “início” do incentivo à vida acadêmica.

Sou grata também aos entrevistados desta pesquisa, sem os quais não teria sido possível desvendar mais este “pedacinho” do microcrédito. Obrigada por acreditarem nas possibilidades de frutos a partir desta dissertação.

Este período foi muito importante para mim, não apenas pelo crescimento profissional e aprendizado conquistado. Foi, sobretudo, formidável pela convivência com pessoas muito especiais.

Meus mais sinceros agradecimentos!



*A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois  
desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.*

*Guimarães Rosa*

## RESUMO

O presente trabalho foi realizado com o objetivo de verificar, na perspectiva das organizações concessionárias, a política de concessão de microcrédito no estado de Tocantins, a fim de identificar se ela possibilita às organizações atingirem seus objetivos sociais, bem como autonomia financeira. Para tanto, foi realizado um estudo de casos múltiplos, de caráter qualitativo, em três organizações financeiras concessionárias de microcrédito, sediadas naquele estado. Foram realizadas entrevistas, utilizando-se de roteiros semiestruturados, com os responsáveis pelo microcrédito em cada uma das organizações. Após a transcrição, as entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo e, com a ajuda do *software* Weft-QDA, três categorias de análise e oito subcategorias foram definidas. Observou-se que, de modo geral, duas das organizações estudadas utilizam metodologia adequada ao alcance dos objetivos sociais, para a concessão do microcrédito. No entanto, uma delas apresenta inconformidade relevante, ao exigir que os pleiteantes do microcrédito já sejam seus clientes. Ademais, observou-se que os meios de divulgação do microcrédito podem ser considerados parcialmente adequados, haja vista que os métodos utilizados poderiam atingir mais efetivamente o público final. As duas organizações que têm processo de concessão adequado são dependentes de recursos financeiros governamentais, ou seja, não têm autonomia financeira. Por sua vez, a organização que alega ser autônoma financeiramente não atinge o objetivo social de conceder microcrédito à população de baixa renda, pois exige que os indivíduos tenham relações comerciais anteriores. Assim, a perspectiva “welfarista”, que defende a existência de um *trade off* entre objetivos financeiros e sociais, se confirma. Um modelo de análise para a compreensão dos objetivos sociais e de autonomia financeira das organizações concessionárias de microcrédito é proposto e discutido. Espera-se que os resultados aqui encontrados auxiliem em melhorias para a efetivação do processo de microcrédito no país.

Palavras-chave: Microfinanças. Objetivos sociais. Autonomia financeira. Perspectiva “welfarista”. Perspectiva institucionalista.

## ABSTRACT

This study was made with the objective of verifying in the perspective of grantors organizations, the policy of microcredit in the state of Tocantins, in order to identify if it enables the organizations to achieve their social purposes and financial autonomy. For this, we have performed a qualitative multiple case study, in three microcredit organizations, located in that state. Interviews were conducted using semi-structured roadmaps, with those responsible for the grant of the microcredit in the organizations. After transcription, the interviews were submitted to content analysis and with the help of software Weft-QDA three analysis' categories and eight subcategories were defined. It was observed that, in general, two of the organizations use appropriate methodology to achieve the social purposes for granting of microcredit. However, one of that organization, presented relevant inconformity with the premisses microcredit, by asking of its plaintiffs to microcredit the necessity of already being its customers. Moreover, it was observed that the medias of microcredit's publicization can be considered partially adequate, given that the methods used could more effectively reach the final public. The two organizations have adequate grant process depend on government resources, and so, do not have financial autonomy. In turn, the organization that claims to be financially autonomous does not reach the social goal to provide microcredit to low income people, as it requires the individuals to have previous business relations. So the "welfarist" perspective, which asserts the existence of a trade off between financial and social objectives, is confirmed. An analytical model for understanding the social purposes and financial autonomy of grant microcredit organizations is proposed and discussed. It is hoped that these results are improvements to assist the achievement of the process of microfinance in the country.

Keywords: Microfinance. Social goals. Financial autonomy. "Welfarista" Perspective. Institutional perspective.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1	Problema de pesquisa.....	15
1.2	Objetivos.....	16
1.2.1	Objetivo geral.....	16
1.2.2	Objetivos específicos.....	16
1.3	Justificativas.....	16
1.4	Estrutura do trabalho.....	19
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS</b> .....	<b>21</b>
2.1	O crédito e seus conceitos.....	21
2.2	Microfinanças e microcrédito.....	26
2.2.1	Contextualizando microfinanças e microcrédito.....	26
2.2.2	Aspectos conceituais e teóricos de microfinanças e microcrédito....	30
2.3	O dilema das organizações concessionárias do microcrédito: objetivos sociais e financeiros (double bottom line).....	34
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>38</b>
3.1	Orientação epistemológica.....	38
3.2	Perspectiva metodológica.....	39
3.3	Método de pesquisa.....	40
3.4	Seleção dos casos estudados.....	42
3.5	Coleta de dados.....	42
3.6	Tratamento e análise dos dados.....	44
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>48</b>
4.1	Apresentação dos casos estudados.....	48
4.1.1	Organizações Alpha.....	48
4.1.2	Organização Beta.....	49
4.1.3	Organização Gama.....	50
4.2	Apresentação e discussão dos resultados.....	52

4.2.1	Concessão do microcrédito .....	53
4.2.1.1	Processo de concessão .....	53
4.2.1.2	Evolução do processo de concessão .....	61
4.2.1.3	Origem dos recursos destinados à concessão de microcrédito.....	64
4.2.2	Alinhamento do processo de concessão de microcrédito com seu público-alvo.....	68
4.2.2.1	Direcionamento dos processos publicitários .....	68
4.2.2.2	Efetivação de operações.....	73
4.2.3	O papel do microcrédito nas organizações estudadas.....	78
4.2.3.1	Relevância do microcrédito para a organização.....	78
4.2.3.2	Risco e inadimplência .....	80
4.2.3.3	Dependência de subsídios .....	83
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
	REFERÊNCIAS.....	96
	APÊNDICES.....	104

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea demonstra, a cada dia, maior preocupação com o contexto atual de desigualdades sociais presentes em todo o planeta. Nesse sentido, são crescentes as ações que tentam minimizar tais disparidades e reduzir o hiato existente entre os mais abastados e os mais necessitados.

De acordo com Soares e Melo Sobrinho (2008), estimativas indicam a existência, no mundo, de mais de quinhentos milhões de pessoas, em idade economicamente ativa, vivendo em um ciclo quase ininterrupto de pobreza. Sem acesso à educação, saúde e nutrição, esse ciclo se perpetua, à medida que as crianças que nascem continuam nesse ambiente. Sem perspectivas de melhorias, se veem fadadas a manter o mesmo tipo de vida de seus predecessores.

Muitas dessas pessoas sobrevivem trabalhando por conta própria, em microempreendimentos ou trabalhando para esses, geralmente, de maneira informal. Para essa população que vive à margem, o crédito é escasso, amplificando as dificuldades inerentes ao contexto no qual está inserida. Destarte, na tentativa de possibilitar acesso ao crédito, como meio de inclusão desses sujeitos, emergem as microfinanças.

As microfinanças têm o objetivo de incluir essa população, disponibilizando-lhe serviços financeiros adequados e sustentáveis, como microcrédito, micropoupança ou microsseguros. Desse modo, a atividade de microcrédito é aquela que presta serviços exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte, sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais e com o uso de metodologia de concessão específica (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008; BARONE et al., 2002). O *Grameen Bank*, fundado por Muhammad

Yunus, em Bangladesh, pode ser considerado a experiência de microcrédito mais conhecida internacionalmente.

No Brasil, de acordo com o IBGE, mais de 25% da população ocupada, aproximadamente 22,5 milhões de pessoas, trabalha por conta própria ou para empregadores com até dois empregados, totalizando cerca de 1,8 milhão de empregadores. Assim, esses empreendedores também constituem público relevante, em grande parcela, com necessidades financeiras não acatadas pelo setor bancário tradicional (BCB, 2012).

Desse modo, a tentativa de viabilizar as operações de microcrédito no país e o discurso de inclusão de pessoas de baixa renda no sistema bancário têm se tornado constantes. Como iniciativas que visam mitigar a exclusão dos menos abastados ao sistema creditício formal, têm-se: (i) a criação de contas simplificadas, isto é, contas isentas de tarifas, cujo processo de abertura é facilitado, destinadas a depósitos à vista e poupança, por iniciativa do Banco Central do Brasil datada de 2004; (ii) a organização do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), cujos objetivos são o fortalecimento institucional e a disponibilização de recursos para programas de microcrédito e (iii) o Programa Crescer, que visa facilitar o acesso ao crédito pelo público de baixa renda, por meio de bancos comerciais públicos, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia, entre outros. Tais ações são resultantes da notoriedade alcançada pelo microcrédito no Brasil, nos últimos anos e da crença de que esta pode ser uma solução para aplacar os índices de pobreza no país (BCB, 2012).

Apesar de todos os esforços da sociedade civil e, nas últimas décadas, do Governo Federal, as organizações bancárias enfrentam dificuldades para viabilizar o microcrédito de forma satisfatória. Os intermediários financeiros apontam como empecilhos os elevados custos das operações de microcrédito, devido a fatores como a desproporção entre o custo por empréstimo cedido em

relação ao valor emprestado e a dificuldade de obter garantias de que a dívida será saldada (JUNQUEIRA; ABRAMOVAY, 2005).

Cabe destacar que a concessão do microcrédito se distingue da praticada pelos bancos comerciais, sobretudo pelos princípios e metodologias empregados para o alcance do objetivo principal, com destaque para a questão da autonomia financeira dos programas (JUNQUEIRA; ABRAMOVAY, 2005).

É sabido que as organizações financeiras enfrentam dificuldades para gerenciar suas carteiras de microcrédito, principalmente devido à necessidade de quebrar o paradigma do modelo de concessão de crédito tradicional dos bancos comerciais. Como consequência, se deparam com situações como o excedente de recursos, pois possuem regras muito conservadoras para conceder crédito ao público da base da pirâmide social. Logo, não emprestam a totalidade dos recursos disponíveis para tal ou se veem com taxas de inadimplência proibitivas que resultam na necessidade da injeção de dinheiro, na maior parte das vezes, provenientes dos cofres públicos.

Diante da relevância do microcrédito para mitigar as desigualdades sociais e contribuir para o desenvolvimento econômico igualitário, neste estudo procura-se compreender o processo de concessão de microcrédito e suas implicações.

### **1.1 Problema de pesquisa**

Considerando o microcrédito uma possibilidade de obtenção de recursos, por indivíduos com pouco ou nenhum acesso ao sistema formal de crédito, e admitindo as dificuldades das organizações conessoras do microcrédito se sustentarem financeiramente, a questão norteadora desta pesquisa é: *a política de concessão de microcrédito permite que as organizações conessoras de microcrédito atinjam objetivos sociais e autonomia financeira?*



## **1.2 Objetivos**

Neste tópico apresentam-se os objetivos balizadores deste estudo, sendo exibido, primeiramente, o objetivo geral e, em seguida, os objetivos específicos que visam responder ao problema de pesquisa estabelecido.

### **1.2.1 Objetivo geral**

Verificar, na perspectiva das organizações concessionárias, se a política de concessão de microcrédito, no estado do Tocantins, permite que essas atinjam seus objetivos sociais, bem como autonomia financeira.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- a) Descrever o processo de concessão de microcrédito e sua evolução nas organizações estudadas.
- b) Averiguar se as políticas de concessão de microcrédito, das organizações estudadas, se alinham às necessidades dos potenciais tomadores de microcrédito, atingindo, assim, seu objetivo social.
- c) Examinar se os programas de concessão de microcrédito apresentam indícios de serem financeiramente sustentáveis para as suas respectivas organizações.

## **1.3 Justificativas**

O destaque que a temática do microcrédito alcançou, em âmbito nacional e mundial, nos últimos tempos, bem como suas potencialidades, no

âmbito financeiro e social, justifica, inicialmente, a escolha da temática desta pesquisa.

Além disso, a abrangência e os impactos resultantes das microfinanças ostentam números relevantes. Afinal, estima-se que, no mundo, o setor de microfinanças opere volume de crédito próximo a US\$25 bilhões, abarcando cerca de 100 milhões de pessoas (FELTRIN; VENTURA; DODL, 2009). De acordo com Beck, Demirguc-Kunt e Martinez Peria (2008) e Chaia et al. (2009), o mercado para o desenvolvimento do microcrédito é substancial, uma vez que mais da metade da população mundial vive sem acesso a bancos ou a outros serviços financeiros. Soares e Melo Sobrinho (2008) afirmam que, no Brasil, 70 milhões de pessoas se encontram na faixa de renda compatível com o mercado das microfinanças. Se for considerado, hipoteticamente, que apenas metade dessas necessita de produtos das microfinanças, este mercado contará com 35 milhões de demandantes.

Diante disso, o Banco Central do Brasil aponta que a oferta de microfinanças passou de 16 para 21 milhões, dos anos de 2006 a 2007, restando uma demanda não atendida de 40%. No entanto, apesar da crescente oferta e da relevante demanda por microfinanças, em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), verificou-se que aproximadamente 10 milhões de empresas que atuavam informalmente não utilizavam crédito para o desenvolvimento de suas atividades (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

Este panorama demonstra a subutilização do microcrédito disponibilizado pelas organizações financeiras. Alice e Ruppenthal (2012) e Andreassi (2004) apontam, como causas dessa realidade, as altas taxas de juros, as exigências dos sistemas de garantias e a burocracia para a concessão dos empréstimos. Assim, fica evidente que muitos microempreendedores que se

encontram na faixa de renda a ser atendida por organizações de microcrédito não o utilizam para desenvolverem suas atividades, assumindo os riscos do negócio sem partilhá-los com o capitalista.

A despeito disso, órgãos governamentais nacionais se empenham para a disseminação do microcrédito, o qual tem sido vislumbrado como alternativa para inclusão financeira e social dos sujeitos marginalizados do crédito tradicional. O interesse é tamanho que o Banco Central do Brasil incluiu as políticas de microcrédito em sua lista de prioridades (BCB, 2012).

Neste contexto, Khavul (2010) destaca que as microfinanças consistem em um campo emergente e multifacetado que desperta o interesse de vários campos da ciência. Inúmeros estudos acerca da temática têm se desenvolvido nas últimas décadas, com enfoques distintos. Autores como Silva, Gonçalves e Calou (2008), Monzoni Neto e Figueiredo (2008), Jahiruddin et al. (2011), Bashar e Rashid (2012) e Araújo (2012) se debruçaram sobre os desdobramentos do microcrédito para a mitigação da pobreza. Por sua vez, Andreassi (2004) se interessou em verificar o impacto da cessão de microcrédito para a melhoria da qualidade de vida da população pobre. Nessa mesma linha, diversos estudos foram realizados com o objetivo de compreender o empoderamento proporcionado pelo microcrédito às mulheres (SHETTY, 2010; MACLEAN, 2010) e aos pobres (SUZIKI et al., 2011; TOLEDO, 2005; BRONZO, 2006; HAAN; LAKWO, 2010). Em contrapartida, alguns se preocuparam em demonstrar que as virtudes e as benesses atribuídas às microfinanças devem ser vistas com cautela (GONZALEZ VEGA, 1998, 2000; MORDUCH, 1999; 2000), sobretudo pelo fato de a noção de pobreza ser polissêmica (SOUZA, 2006) e, portanto, não poder ser combatida apenas com soluções financeiras (SANTOS; CARRION, 2009).

Cabe destacar que, apesar do número relevante de trabalhos que exploram a temática, há carência de estudos, em âmbito nacional, que visem

compreender, sob o ponto de vista das organizações financeiras, o alinhamento de seus objetivos sociais e a autonomia financeira, no que se refere ao microcrédito. Portanto, entende-se que esta dissertação contribui para o avanço dos estudos em microcrédito, sobretudo à luz da percepção das organizações concessoras.

Ademais, como contribuição empírica, os resultados aqui apresentados podem ser utilizados para o melhor entendimento das dificuldades enfrentadas pelas organizações concessoras de microcrédito. Desse modo, este estudo poderá suscitar políticas públicas, auxiliar no planejamento de ações governamentais na promoção do microcrédito e balizar melhorias no próprio processo de concessão desta modalidade de crédito. Ainda no que concerne à gestão, a presente investigação pode oferecer, aos gestores de organizações ofertantes de microcrédito, informações sobre práticas bem sucedidas ou experiências de insucesso, proporcionando subsídios para a tomada de decisão em relação aos problemas e aos desafios institucionais. Cabe ressaltar, inclusive, a possibilidade de ser criada uma rede de organização concessoras de microcrédito, com vistas a discutir e a estruturar planos de ações que se apliquem às necessidades sociais preconizadas pelas políticas governamentais, tendo em vista a autonomia financeira do microcrédito nessas organizações.

Portanto, visando equilibrar os objetivos sociais à autonomia financeira, as organizações financeiras e as políticas de concessão de microcrédito constituem o foco do estudo aqui apresentado.

#### **1.4 Estrutura do trabalho**

Esta seção introdutória apresentou o problema, os objetivos e as justificativas do presente estudo. No tópico 2 exibe-se o arcabouço teórico no qual este trabalho se sustenta, o qual baliza as discussões dos resultados

encontrados. No item 3, discorre-se sobre os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Em seguida, discutem-se os resultados encontrados, compondo o capítulo 4 e, por fim, tecem-se algumas considerações finais, bem como são citadas as limitações deste estudo e apresentadas sugestões para pesquisas futuras.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Esta seção se divide em três partes principais. Na primeira, trata-se do conceito de crédito e seu racionamento como deflagrador das iniciativas de microfinanças e microcrédito. No segundo tópico, discutem-se as microfinanças e o microcrédito e, finalmente, debate-se acerca do dilema enfrentado pelas organizações conessoras de microcrédito, o *double bottom line*, isto é, a tentativa de atingir os objetivos sociais, inerentes ao microcrédito, concomitantemente ao alcance da autonomia financeira organizacional.

### 2.1 O crédito e seus conceitos

O termo crédito vem do latim *creditum*, que significa confiança ou segurança na verdade de alguma coisa (SECURATO, 2002). Em finanças, a palavra crédito está relacionada à confiança em receber um valor em momento futuro, usualmente resultado da venda de um produto ou da prestação de um serviço. O conceito de crédito está presente no cotidiano das pessoas e empresas, haja vista ser possível, por meio dele, satisfazer às mais diversas necessidades, desde as mais elementares, visando à sobrevivência dos indivíduos, até àquelas consideradas supérfluas.

O crédito pode ser entendido como resultado da poupança construída por alguns sujeitos que, transferida para outros, permite aos últimos alcançar poder de compra atual e satisfazer às suas necessidades de consumo. Silva (2008) afirma que o crédito consiste na entrega de valor presente para pagamento futuro, por meio de compromisso estabelecido. Este valor presente não necessariamente precisa ser monetário, podendo também consistir em mercadoria ou serviço.

Esse mesmo autor elucida que esta reserva de recursos só se faz possível pois, na sociedade, há agentes econômicos (famílias, empresas e governos) cujas rendas são maiores do que o somatório de seu consumo e seus investimentos, acarretando orçamentos superavitários que sustentam o crédito. Assim, os agentes que se encontram em situação inversa, ou seja, possuem orçamento deficitário, necessitam de recursos para poderem investir ou consumir, tornando-se devedores dos primeiros. O intermediário financeiro recebe os recursos advindos do cliente aplicador e tem como função canalizá-los para as fontes produtivas daqueles que necessitam de auxílio financeiro para compor seu poder de compra. Este ciclo de intermediação financeira está ilustrado na Figura 1.

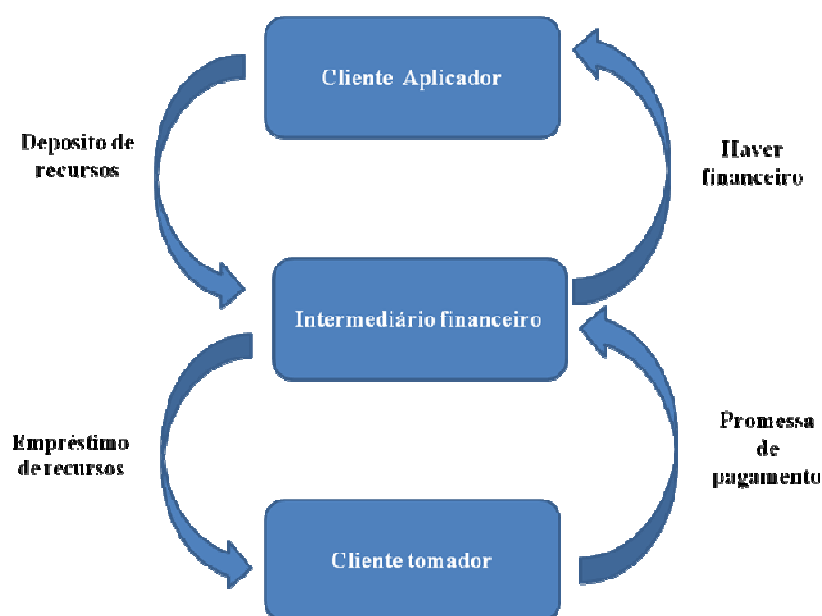


Figura 1 Ciclo de intermediação financeira  
Fonte: Adaptado de Silva (2008, p. 47)

Neste contexto, fica evidente que o crédito é uma situação em que sempre estão envolvidas duas partes: o credor e o devedor, os quais firmam um

acordo, geralmente por meio de contrato. Entende-se, aqui, que a parte credora conceda liquidez à devedora e esta, por sua vez, remunere-a com um prêmio de liquidez ou de risco, denominado juro. Assim, percebe-se que qualquer pessoa física ou jurídica pode ser credora ou devedora, bastando haver uma contraparte. Conceder o crédito é acreditar no tomador, sabendo que o credor carrega consigo o risco de o compromisso não ser honrado (JACOB, 2003).

De acordo com Camargos et al. (2010), o crédito pode ser concedido por variada gama de empresas, com vistas a diversas finalidades, sendo destaque as organizações bancárias que atuam como intermediadoras das captações e aplicações de recursos na economia e têm suas atividades regulamentadas por normas estabelecidas pelas autoridades monetárias nacionais. Diante do exposto, fica evidente que o crédito integra o negócio em qualquer atividade empresarial, entretanto, para as organizações bancárias, constitui o cerne do empreendimento (SILVA, 2008).

Assim, em toda transação financeira, o que está em evidência é um acordo intertemporal e de cumprimento incerto e, por isso, cabe às organizações que concedem o crédito analisar a capacidade futura do tomador de honrar o compromisso assumido, pois elas dependem dessa avaliação para manter suas taxas de liquidez (JUNQUEIRA; ABRAMOVAY, 2005). No entanto, credor e tomador possuem condições distintas para mensurar o risco envolvido na operação e a disposição em pagar, ou seja, há assimetria de informações (HOFF; BRAVERMAN; STIGLITZ, 1993). Logo, diferente do que defendiam os neoclássicos, o mercado não é perfeito, portanto, os agentes econômicos não têm acesso livre nem igualitário às informações. Assim, na relação entre tomadores e credores, podem ser verificados problemas típicos da assimetria de informação: a seleção adversa e o risco moral (RIBEIRO; CARVALHO, 2006).

A seleção adversa ocorre antes que a operação se concretize e consiste na possibilidade de selecionar tomadores que não estejam dispostos a honrar



seus compromissos de crédito, independentemente da taxa de juros praticada. Por sua vez, o risco moral ocorre após a concretização da operação e versa sobre a possibilidade de o tomador se engajar em atividades indesejáveis pelo credor ou arriscadas em demasia, reduzindo a possibilidade de recuperação do crédito (VARIAN, 2006).

Esses problemas relacionados à assimetria de informações levam ao que os novos keynesianos denominam Modelo de Racionamento de Crédito (MRC). Na hipótese do MRC, o tomador de crédito tem significativas informações sobre a avaliação da viabilidade econômica, o risco envolvido no projeto financiado, a avaliação das reais intenções na condução do empreendimento e a capacidade de pagamento do empréstimo, ao contrário do credor, que tem informações limitadas (RIBEIRO; CARVALHO, 2006). Segundo Stiglitz e Weiss (1981), no contexto de assimetria informacional, as organizações bancárias são desencorajadas a emprestarem a taxas de juros acima de determinado nível, pois confiam que tomadores dispostos a pagar taxas mais elevadas sabem que seus negócios também implicam em maiores riscos. Logo, a probabilidade de saldarem seus empréstimos é reduzida.

Nessa dinâmica, como há excesso de demanda, os bancos, inicialmente, aumentam as taxas de juros e, conseqüentemente, seus retornos financeiros. A taxa de juros atinge um nível em que os retornos do banco são maximizados e, a partir deste ponto, os retornos começam a decrescer, pois, à medida que a taxa de juros é aumentada, o risco dos tomadores também aumenta, visto terem que arcar com empréstimos mais onerosos. Portanto, é possível a redução dos lucros dos bancos. Assim sendo, o retorno do banco é maximizado em uma taxa denominada taxa ótima, na qual a demanda excede a oferta de crédito, caracterizando o racionamento do crédito (STIGLITZ; WEISS, 1981; RIBEIRO; CARVALHO, 2006).

Conforme exposto, fica evidente que não é interesse da organização financeira emprestar para indivíduos dispostos a pagarem taxas superiores à taxa ótima do banco, uma vez que, na concepção da organização, um empréstimo em tais condições é mais arriscado, quando comparado a outro com a utilização da taxa ótima. Tomadores com este perfil tendem a ter o acesso ao crédito restringido, por se entender que resultariam em operações de risco elevado (STIGLITZ; WEISS, 1981). Logo, existe uma demanda por crédito não atendida, mesmo que o prêmio pago pelo demandante seja maior ou equivalente ao risco que proporciona (RIBEIRO; CARVALHO, 2006).

Além disso, o MRC parte do pressuposto de que a economia se organiza em ciclos e, por isso, prevê que, nos momentos de depressão da economia, os bancos tendem a buscar situações de maior liquidez e, em momentos de euforia, visam à expansão do crédito. O racionamento de crédito continua a existir nos ciclos econômicos e os bancos atuam de três formas: (i) se recusam a emprestar a quem, até então, era elegível à concessão do crédito, (ii) solicitam quantidade de garantias maior que anteriormente e (iii) preferem ativos de maior liquidez, por exemplo, os títulos públicos. Cabe considerar que o racionamento de crédito também pode se configurar no subdimensionamento da capacidade de endividamento do tomador, dada a sua capacidade de geração de recursos para a liquidação da dívida (JACOB, 2003).

Diante do conservadorismo dos bancos, da incapacidade de selecionarem apenas bons tomadores, de não conseguirem monitorar as ações empreendidas pelo tomador e da impossibilidade da utilização das taxas de juros para cercar maus pagadores, Ribeiro e Carvalho (2006) defendem que o credor deve utilizar termos contratuais que conduzam o tomador a efetuar ações de seu interesse. Em um cenário em que o comportamento dos credores é marcado pelas incertezas, o estabelecimento de contratos e a exigência de garantias (aval, fiador, alienação de bens) consistem em formas de mitigar as inseguranças dos

intermediários financeiros (JACOB, 2003). Contudo, a crescente utilização de mecanismos de proteção, como cláusulas contratuais restritivas, monitoramento de tomadores e outras ressalvas, culmina na elevação dos custos de transação e no aumento da exclusão de segmentos da sociedade, tais como população de baixa renda, setor informal, empresas nascentes e micro e pequenas empresas (BRAGA; TONETO JÚNIOR, 2000).

A identificação do racionamento de crédito à população de baixa renda, na década de 1950, deflagrou a busca por soluções para essa parcela da sociedade. Medidas como a promoção, por alguns governos, do subsídio ao crédito foram marcadas por elevada inadimplência e alcance populacional insuficiente (RIBEIRO; CARVALHO, 2006). Esse cenário financeiro propiciou, em diversos países em desenvolvimento, a criação de organizações que visam atender às necessidades de crédito dos segmentos excluídos do sistema financeiro tradicional, por meio de instrumentos e metodologias alternativas (BRAGA; TONETO JÚNIOR, 2000). Dessa conjuntura emergem o conceito e a metodologia de microcrédito e microfinanças, os quais serão abordados no tópico seguinte.

## **2.2 Microfinanças e microcrédito**

Neste tópico contextualizam-se, brevemente, o surgimento e a evolução das microfinanças e do microcrédito no Brasil e no mundo e, em seguida, definem-se e conceituam-se microfinanças e microcrédito.

### **2.2.1 Contextualizando microfinanças e microcrédito**

Os primórdios das microfinanças datam do início do século XVII, na forma de fundos provenientes de doações. Os empréstimos eram realizados sem

a cobrança de remuneração pelo capital e garantidos por meio de aval solidário. Essas operações eram realizadas informalmente até 1823, quando os fundos de crédito foram regularizados e passaram a cobrar juros pelos empréstimos e a receber depósitos remunerados, resultando em crescimento relevante (SEIBEL, 2005).

Essas organizações remuneravam seus investidores a taxas melhores do que as dos bancos comerciais, entretanto, também cobravam juros superiores. Os fundos conquistaram significativa parcela de mercado, competindo severamente com as organizações bancárias comerciais, as quais pressionaram o governo a estabelecer limites para as taxas de juros dos fundos. A estrutura governamental interveio nos juros remuneratórios, reduzindo a competitividade dos fundos, que foram desaparecendo em meados do século XX.

Além dos fundos, de acordo com a Confederação Alemã de Cooperativas (DGRV), em meados do século XIX, foram estabelecidas as primeiras cooperativas de crédito, que visavam atender a pequenos comerciantes e produtores rurais, captando poupanças e ofertando microcrédito a seus sócios (CONFEDERACIÓN ALEMANA DE COOPERATIVAS, DGRV, 2005). O cooperativismo de crédito suscitou também outras experiências de organização financeiras, sobretudo na década de 1970. Organizações não governamentais (ONGs) e doadores internacionais se dedicaram a criar organizações de combate à pobreza que fossem autossustentáveis, em contraposição aos créditos subsidiados, que apresentavam índices de inadimplência de aproximadamente 50% (LEDGERWOOD, 1998).

Em 1976, Muhammad Yunus, um professor universitário de Bangladesh, iniciou a concessão experimental de pequenas quantias de dinheiro a pessoas de aldeias próximas à universidade em que lecionavam, em sua maioria, mulheres, as quais tomavam empréstimos de agiotas, a juros extorsivos. Em 1978, com o auxílio de bancos e organizações privadas, Yunus criou o

*Grameen Bank*, na língua local “banco de aldeia” (YUNUS, 2002). A iniciativa desse professor se disseminou pela Ásia, África, América Latina e alguns países da Europa, contribuindo para que 2005 fosse eleito o ano do microcrédito, lhe rendendo, ainda, o prêmio Nobel da Paz, em 2006. Este contexto delimita o que a literatura considera o marco que induziu e difundiu a ideia do microcrédito (RIGHETTI, 2008; MONZONI NETO; FIGUEIREDO, 2008; HOSSAIN, 1988).

O *Grameen Bank* expandiu suas operações por meio da capitalização própria e da atração de doações e investimentos externos. Essa estratégia foi responsável por torná-lo a maior organização financeira de Bangladesh e referência mundial nessa modalidade de crédito. Outras experiências de sucesso se desenvolveram, nas décadas de 1980 e 1990, em diversos locais do mundo, como o Banco Solidário, também conhecido como Banco Sol, na Bolívia e os *Bank Rakyat* e o *Kredit Desa*, ambos localizados na Indonésia (MORDUCH, 1999).

No Brasil, as iniciativas de microcrédito surgiram na década de 1970. Em 1973, foi criada a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, conhecida como Programa UNO, desenvolvida por iniciativa e coordenação da *Acción International*, em parceria com entidades empresariais e bancos dos estados de Pernambuco e da Bahia. Trata-se de uma associação sem fins lucrativos, especializada em crédito e capacitação para trabalhadores de baixa renda do setor informal, cujo objetivo era provar que o acesso ao crédito produziria um impacto positivo no pequeno negócio (DANTAS, 2005). Cabe destacar que a UNO desapareceu por não julgar a autossustentabilidade parte de sua política. Barone et al. (2002) afirmam que se a UNO transformasse as doações recebidas em patrimônio financeiro que pudesse ser emprestado a juros de mercado e negociasse com os parceiros a cobrança de juros reais em todas as linhas de crédito em que operava, poderia ter evitado tal situação, pois lograva

êxito na área técnico-financeira, ou seja, era necessário um ganho para a sua capitalização.

As décadas de 1970 e 1980 foram assinaladas por iniciativas de microcrédito vinculadas a organizações internacionais, resultado de esforços de líderes da sociedade civil em colaboração com redes internacionais. Esse período delimita a fase inicial do microcrédito no país (RIBEIRO; CARVALHO, 2006). A rede Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE) e o Banco da Mulher constituem exemplos de tais parcerias.

As iniciativas governamentais voltadas para o microcrédito receberam ênfase na década de 1990, aliadas aos esforços de organizações da sociedade civil. Algumas ações foram realizadas nesse período, tais como (i) o estabelecimento dos “bancos do povo”, organizações fundadas por alguns estados e municípios, como parte de uma política de geração de trabalho e renda destinados exclusivamente para o desenvolvimento do microcrédito; (ii) a organização do Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), que consistiu no desenvolvimento, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de uma linha de crédito para impulsionar as carteiras das organizações de microcrédito e (iii) a constituição, em 1997, do Programa CrediAmigo que se baseou na formação de uma carteira especializada em microcrédito no Banco do Nordeste, banco estatal que flexibilizou e aproximou o universo das microfinanças de seu público alvo.

Ademais, data desse período o propósito de implementação de um marco regulatório, no Brasil, para as microfinanças e o microcrédito. A Lei nº 9.790/99, denominada Lei do Terceiro Setor, dispôs sobre a formação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e incluiu o microcrédito como uma de suas finalidades, permitindo o acesso dessas organizações a recursos públicos para destiná-los a esse fim. Além disso, foi promulgada a Lei nº 10.194/11, com vistas a impulsionar a participação de

atores da iniciativa privada nas ações de microcrédito, por meio da permissão de obtenção de lucro. Uma das mais recentes alterações visando à disseminação do microcrédito foi a promulgação da Lei nº 11.110/05, que implantou o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), cujos objetivos são o incentivo à geração de trabalho e renda e a disponibilização de recursos para o microcrédito produtivo e orientado.

Destarte, se pode afirmar sobre a existência de esforços das iniciativas pública e privada no sentido de disseminar o microcrédito, visando geração de trabalho e renda no país. Ressalta-se que os conceitos e os aspectos teóricos do microcrédito, bem como das microfinanças, são assuntos do tópico seguinte.

### **2.2.2 Aspectos conceituais e teóricos de microfinanças e microcrédito**

O termo microfinanças refere-se à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis à população de baixa renda, por meio da utilização de produtos, processos e gestão diferenciados (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008). Para essa parcela da população, notadamente, excluída do sistema bancário, as microfinanças se desvelam como uma possibilidade de catalisar a inclusão social, por meio da mitigação da exclusão financeira.

É importante salientar que as microfinanças oferecem serviços, como empréstimos, seguros, poupança, transferência de recursos e outros serviços financeiros básicos para a população de baixa renda que, usualmente, não tem acesso a tais serviços (HAAN; LAKWO, 2010; BARONE, 2008). Assim, apesar de alguns autores, como Maclean (2010, p. 496), entenderem microfinanças como “pequenos empréstimos garantidos por grupos solidários”, é importante salientar que elas consistem em um conjunto de serviços financeiros, dentre os quais está o microcrédito (NAQVI; GUZMAN, 2003).

Conforme demonstrado na Figura 2, fica evidente a relação entre microcrédito e microfinanças, em que aquele é um produto destas. Cabe destacar que o microcrédito é a principal atividade das microfinanças, no contexto atual, haja vista as políticas públicas de superação da pobreza por meio da geração de trabalho e renda (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

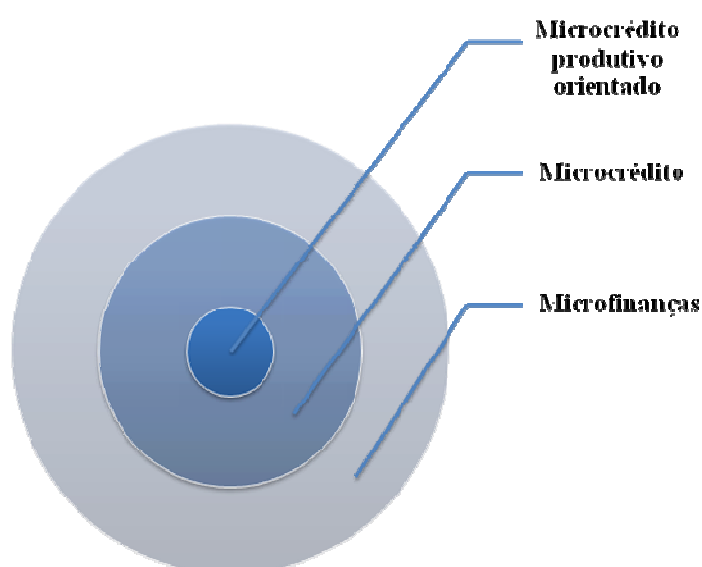


Figura 2 Microfinanças, microcrédito e microcrédito produtivo orientado  
Fonte: adaptado de Soares e Melo Sobrinho (2008)

O microcrédito é definido como uma atividade das microfinanças cujo foco é a prestação de serviços a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte, diferenciando-se pela metodologia de concessão de crédito utilizada (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008). Há duas modalidades de microcrédito: orientado para a produção e voltado para o consumo. Ambos desempenham papéis fundamentais na geração de renda, visto proporcionarem a manutenção de dinheiro nas comunidades.



O crédito oferecido sem destinação específica pode ser utilizado para fins de consumo ou para o saldo de empréstimos e dívidas. Por sua vez, o crédito destinado à produção visa atender a pequenos negócios, formais ou informais, impulsionando a geração de trabalho e renda (SOARES; MELO SOBRINO, 2008). Esta lógica coaduna com as ideias de Schumpeter (1985), para quem o ideal é a concessão do crédito que visa à produção, pois contribui para o desenvolvimento econômico, visto que financia o empresário, impulsionando o processo inovativo e industrial, ao passo que o crédito para o consumo significa a redução do consumo futuro.

Assim, seguindo o entendimento dos formuladores de políticas públicas no Brasil e o consenso de especialistas do Banco Mundial, o MPO foi regulamentado pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005 e caracteriza-se pelo atendimento às necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas, proporcionando recursos para que esses tenham a possibilidade de financiar sua produção (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

O microcrédito é caracterizado como produtivo e orientado quando visa atender a micro e a pequenos empreendimentos formais e informais, mantidos por pessoas de baixa renda, em suas atividades produtivas. É orientado, pois tem o diferencial de contar com um agente de crédito (funcionário da organização concessora) acompanhando o tomador, antes, durante e depois da operação (BARONE et al., 2002). É importante ressaltar que o MPO tem características que o distinguem dos demais tipos de empréstimos. Além de sua destinação, o sistema de garantias, os valores e prazos e os baixos custos de transação são atributos inerentes a esse produto das microfinanças.

O sistema de garantias se diferencia, pois prevê alternativas ao sistema convencional de concessão de crédito, tais como a possibilidade do aval ou fiança solidária, que consiste na reunião de um pequeno grupo de tomadores que se responsabilizam, mutuamente, pelo compromisso assumido pelos demais. A

operacionalização desse tipo de empréstimo tem baixos custos de transação, pois o devedor conta com facilidades como o sistema alternativo de garantias, mencionado anteriormente, com reduzido dispêndio de tempo para a contratação do empréstimo, haja vista o agente de crédito ir até o tomador e com a flexibilização da documentação necessária para a realização da contratação. Além disso, os valores e os prazos dos contratos são pequenos, possibilitando ao tomador a contratação de novos empréstimos em curto espaço de tempo e, assim, melhorando a gerência financeira de seu negócio. Outra característica diz respeito às parcelas, as quais têm vencimentos mais curtos, geralmente quinzenais (BARONE et al., 2002).

Estudos como os de Alves e Soares (2004), Ribeiro e Carvalho (2006) e Barone et al. (2002) apontam o microcrédito como detentor de atributos, como (i) foco específico na produção, (ii) de modo orientado, (iii) com garantias pessoais, (iv) com baixos custos de transação e (v) com valores crescentes e prazos de pagamentos curtos. O *Grameen Bank* (2010) reforça alguns desses princípios ao afirmar que o microcrédito é caracterizado por empréstimos pequenos ou muito pequenos, destinados a microempreendedores pobres, cuja utilização deve estar voltada para a produção, com condições flexíveis e adequado às condições da comunidade local.

É importante salientar que a concessão de pequenos empréstimos que tenham outra finalidade que não a geração de renda por meio da produção não pode ser considerada microcrédito produtivo e orientado, de acordo com a abordagem adotada nesta pesquisa. No entanto, é sabido que as organizações concessionárias utilizam diferentes políticas de concessão de microcrédito, o que pode comprometer seus objetivos sociais e sua autonomia financeira, bem como os resultados preconizados à população que dele necessita.

Desse modo, cabe destacar a existência de iniciativas governamentais no sentido de “aprimorar o arcabouço regulatório do microcrédito e das

organizações especializadas em microfinanças, para o adequado suporte” a seu público-alvo, bem como “fomentar a diversificação e a melhoria dos serviços financeiros, tornando-os mais adequados às necessidades da população” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, BCB, 2012, p. 7).

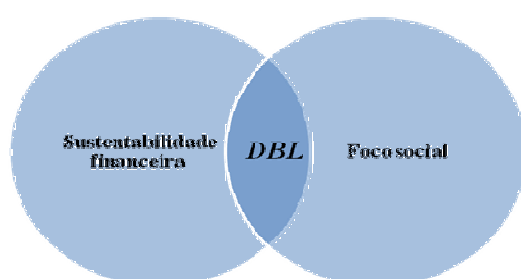
### **2.3 O dilema das organizações conessoras do microcrédito: objetivos sociais e financeiros (double bottom line)**

O arcabouço que abarca o microcrédito presume que as organizações que se envolvem com esse produto das microfinanças tenham como objetivo a mitigação da pobreza por meio da geração de renda e emprego (SANTOS; CARRION, 2009). Entretanto, é sabido que os desafios para a manutenção e/ou o alcance da autonomia financeira do microcrédito, nessas organizações, também são realidade. Esse caráter financeiro, presente nas organizações conessoras de microcrédito, começou a se desvelar nas décadas de 1980 e 1990, haja vista a ênfase para que as mesmas se fizessem autônomas financeiramente, a fim de eliminar, sobretudo, os subsídios governamentais para as operações de microcrédito (ROBINSON, 2001).

Stauffenberg et al. (2003) afirmam que várias métricas são utilizadas para determinar a eficiência das organização relacionada com as microfinanças. Nesse sentido, a organização concessora de microcrédito é entendida como autônoma, financeiramente, quando os resultados financeiros provenientes da qualidade de sua carteira de clientes, de sua eficiência operacional, de sua gestão financeira e lucratividade permitem-lhe funcionar sem a dependência de recursos de terceiros.

Por sua vez, o alcance dos objetivos sociais, no contexto microfinanceiro, é compreendido como a crescente oferta de serviços financeiros, de qualidade e adequados à população de baixa renda e

socioeconomicamente excluída, visando melhorar as condições econômicas e sociais dessa população (HASHEMI, 2007). Tem-se, neste contexto, a tentativa de aliar elementos antes entendidos como irreconciliáveis: objetivos sociais e financeiros, ou seja, o *double bottom line*, ilustrado na Figura 3 (CHRISTEN; ROSENBERG; JAYADEVA, 2004).



*DBL: double bottom line*

Figura 3 Objetivos sociais e financeiros (*Double bottom line- DBL*)

A literatura suporta duas correntes teóricas acerca desse *trade off*: os institucionalistas e os “welfaristas”<sup>1</sup>. Os institucionalistas sustentam que não deve haver esse *trade off* entre objetivos sociais e autonomia financeira das organizações concessionárias de microcrédito, argumentando que tais objetivos devem ser complementares. A autonomia financeira é necessária para atingir o objetivo social. Asseveram que a ampliação do número de operações de microcrédito reduzirá seu custo unitário e possibilitará a disseminação dessa oportunidade às camadas mais baixas da sociedade (ROBINSON, 2001). Para

---

<sup>1</sup> O termo “welfarista” deriva da orientação política denominada *welfare state* (estado do bem-estar social), que defendia o indivíduo como merecedor de um conjunto de bens e serviços assegurados pelo Estado.

essa corrente do pensamento, as organizações ofertantes do microcrédito necessitam ter autonomia financeira, conseguida por meio da autonomia financeira das operações de microcrédito, isto é, o microcrédito deve proporcionar a manutenção do ciclo de empréstimos ofertados pela organização (WOLLER; DUNFORD; WOODWORTH, 1999).

Neste contexto institucionalista, Morduch (2000) defende a lógica *win-win* (ganha-ganha), em que as organizações que adotam práticas eficientes de gestão conseguem emprestar mais e, logo, diluem os custos das operações, o que as torna mais baratas e, portanto, mais acessíveis à população-alvo. Assim, mais indivíduos tomam emprestado, atingindo o objetivo social do microcrédito e a autonomia financeira da organização concessora.

Por sua vez, os “welfaristas” defendem ser o alcance social o principal objetivo das organizações concessionárias de microcrédito, a despeito da autonomia financeira. Assim, consideram os subsídios como legítimos e relevantes à continuidade dessas organizações (ROBINSON, 2001). Além disso, Woller, Dunford e Woodworth (1999) advogam que, caso se tente conciliar interesses financeiros e sociais, os primeiros se sobressairão frente aos últimos, visto que a busca pela redução dos custos e pela lucratividade das organizações pode levá-las a excluir os mais pobres de suas carteiras de microcrédito (MORDUCH, 1999). No mesmo sentido, Dunford (2000) alega que as organizações voltadas para as questões sociais não devem ser plenamente dependentes de subsídios, mas não podem ser totalmente livres deles. É necessário que as organizações aproveitem essas oportunidades para convertê-las em bens e serviços indispensáveis àqueles dependentes do microcrédito, ou seja, maximizar suas potencialidades sociais.

Ademais, “welfaristas” creem no êxito das organizações concessionárias de microcrédito, medindo o impacto socioeconômico alcançado por elas, bem como o grau de pobreza dos tomadores atingidos. Nesse sentido, os institucionalistas

se ocupam com o nível de autonomia e desempenho financeiro das organizações, afinal, apenas uma organização eficiente pode concretizar seus objetivos sociais. Os “welfaristas”, ao contrário dos institucionalistas, acreditam que o foco nos resultados financeiros desvia a organização de sua missão original de redução da pobreza (HINA; LIGHTFOOT; HARVIE, 2011).

Os embates entre “welfaristas” e institucionalistas não parecem perto do fim, apesar de as políticas atuais tenderem para os ideais defendidos pelos últimos (HERMES; LENSINK, 2007). Os juízos institucionalistas apregoam uma mudança do paradigma, antes centrado na solução das questões sociais, sem preocupação com a autonomia financeira atualmente em transformação, tendo em vista a defesa da necessidade de autonomia financeira em conjunto com os objetivos sociais.

No próximo capítulo, discutem-se o método e os procedimentos que balizaram o desenvolvimento do presente estudo.

### **3 METODOLOGIA**

Nesta seção, são apresentados os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa. Primeiramente, são expostos e discutidos a orientação epistemológica, a perspectiva metodológica e o método utilizado. Em seguida, são explicitadas as técnicas utilizadas para a coleta de dados e o tratamento do material levantado ao longo deste estudo.

#### **3.1 Orientação epistemológica**

Na atualidade, é sabido que diferentes paradigmas coexistem e abrigam teorias que balizam os fundamentos epistemológicos e ontológicos das pesquisas. Neste estudo, utilizou-se a abordagem interpretativista, visando captar as percepções dos sujeitos e, por consequência, os significados atribuídos ao tópico estudado.

De acordo com Alencar (1999), a abordagem interpretativa entende a realidade social como formada por diversas interações sociais, em que os indivíduos percebem o que os rodeia e são capazes de interpretar e realizar ações significativas.

Cabe destacar que se tem ciência de que os entrevistados desta pesquisa não participaram com total imparcialidade. Ao contrário, foram influenciados por suas crenças, valores culturais e de outras naturezas, bem como ocorre com a própria pesquisadora. Assim, variáveis como condição socioeconômica, experiências vividas e relações profissionais podem ter interferido nas respostas obtidas. Essa impossibilidade de total isenção pode ser explicada pelo fato de os sujeitos serem atores sociais e, como tais, desempenham papéis sociais (GOMES, 2010).

### 3.2 Perspectiva metodológica

O presente estudo possui abordagem qualitativa, visando compreender a política de concessão de microcrédito no estado do Tocantins. Entende-se que um estudo deve vislumbrar tal perspectiva, quando objetiva compreender um fenômeno, um processo, as perspectivas e a visão de mundo das pessoas envolvidas (MERRIAM, 2002).

De acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa não intenta medir ou enumerar os fatos estudados. Por isso, não se preocupa com a utilização de instrumental estatístico para a análise dos dados. Nesse sentido, se apoia no que Lima (1999) e Vergara e Caldas (2005) defendem como um movimento de recuperação das origens metodológicas das ciências sociais, haja vista a Administração consistir em um campo cujas pesquisas tinham, nas décadas de 1980 e 1990, enfoque notadamente funcionalista/quantitativista.

Assim, diferente do entendimento funcionalista/quantitativista, a pesquisa qualitativa vislumbra a complexidade da realidade e, por consequência, a impossibilidade de generalizá-la. Ademais, a interação entre objeto e pesquisador se apresenta como essencial, pois é por meio dela que elementos, dados e conhecimento subjetivo são expostos, proporcionando a efetiva ocorrência do processo qualitativo de pesquisa (JOHNSON; ONWUEGBUZIE, 2004).

Godoy (1995) ainda defende que a pesquisa qualitativa consiste em uma possibilidade de estudo e entendimento das intrincadas relações sociais presentes em diversos ambientes. Para tanto, é necessário que o pesquisador se dedique a entender o fenômeno estudado, tendo em vista a percepção dos envolvidos, a fim de compreender sua dinâmica. Martins (2004), por sua vez, entende a pesquisa qualitativa como sendo focada na análise de microprocessos, por meio do estudo



das ações sociais individuais e grupais. Desse modo, as unidades sociais são investigadas de forma abrangente e profunda.

A partir de questões amplas, o entendimento acerca do fenômeno social, tende a aumentar e ser clarificado (GODOY, 1995). Nesse caso, a literatura é empregada para explicar a problemática encontrada e justificar os fatores relacionados aos objetos de estudo e aos problemas de pesquisa (CRESWELL; CLARK, 2007).

Como pontos fortes da pesquisa qualitativa, podem-se destacar a flexibilidade, principalmente no que diz respeito às técnicas de coleta de dados, utilizando-se as mais adequadas às necessidades da pesquisa, e a heterodoxia no momento da análise dos dados, exigindo do pesquisador o desenvolvimento de sua capacidade criadora e intuitiva (MARTINS, 2004).

Johnson e Onwuegbuzie (2004) apontam, ainda, como aspectos positivos: a descrição de fenômenos com grande riqueza de detalhes e profundidade, informações individuais e subjetivas e o entendimento de elementos de alta complexidade. Em contrapartida, apresenta como limitações a impossibilidade de generalização dos conhecimentos produzidos a outros indivíduos e/ou realidades e a dificuldade em efetuar previsões quantitativas e testar hipóteses e teorias.

### **3.3 Método de pesquisa**

Tendo em vista a abordagem qualitativa, Godoy (1995) afirma haver três tipos bastante conhecidos e utilizados de método de pesquisa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. Neste estudo, optou-se pela estratégia do estudo de caso.

Entende-se estudo de caso como uma investigação empírica que objetiva estudar um fenômeno contemporâneo, tendo em vista sua conjuntura,

especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente delimitados (YIN, 2005; ROESCH, 2006). Godoy (1995) defende que o estudo de caso se caracteriza pelo exame profundo da unidade analisada. Seu objetivo é a investigação pormenorizada de um simples sujeito ou de uma situação, especificamente. Essa visão é corroborada por Stake (2000), que assevera a utilização desse método quando o pesquisador busca compreender um caso particular, considerando sua complexidade e suas peculiaridades.

Assim, quando o pesquisador deseja responder às questões “como” e “por que”, é indicado que utilize estudos de caso. Além disso, é útil quando se deseja foco sobre um evento contemporâneo e quando não se requer controle sobre o comportamento do fenômeno (YIN, 2005). Logo, a utilização do estudo de caso é relevante quando o pesquisador deseja compreender eventos sociais complexos. Ademais, optou-se pelo método de estudo de caso devido à sua “capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações” (YIN, 2005, p. 27).

Destarte, o estudo de caso é limitado a uma ou a poucas unidades e, por isso, seu caráter de profundidade e detalhamento (GIL, 2009; GODOY, 1995). A utilização de mais de um caso para a realização do estudo consiste no que Yin (2005) denominou estudo multicaso. O autor defende que tanto o estudo de caso quanto o estudo de casos múltiplos consistem em métodos de pesquisa que seguem a mesma estrutura metodológica, a despeito de algumas áreas que os consideram como métodos distintos. Diante disso, optou-se pelo estudo multicaso, haja vista o fato de as implicações decorrentes desse tipo de investigação serem consideradas mais robustas e convincentes, por possibilitarem comparações entre os casos em estudo (YIN, 2005; GODOY, 2006).

### **3.4 Seleção dos casos estudados**

Após ter-se optado pelo tipo de pesquisa qualitativa e pelo método de estudo multicaso, cabe explicitar como foram selecionadas as organizações participantes deste estudo.

A pesquisa de campo foi geograficamente limitada às organizações concessionárias, cujas sedes se localizam no estado de Tocantins. A amostra foi definida por acessibilidade e, por consequência, de forma não probabilística. O critério para a seleção dos casos foi a existência da oferta de microcrédito, pelas organizações financeiras, para a população em geral. Desse modo, foram selecionadas, inicialmente, quatro organizações concessionárias, no entanto, uma alegou impossibilidade em participar da pesquisa, devido à confidencialidade de seus dados, resultando, ao final, em três organizações participantes.

### **3.5 Coleta de dados**

A coleta de dados se deu por meio de pesquisa documental e entrevistas em profundidade. A pesquisa documental foi realizada utilizando-se material publicitário, reportagens publicadas em revistas e jornais a respeito das organizações concessionárias, bem como em seus *sites* na internet.

A pesquisa documental foi bastante relevante, pois possibilitou a coleta de dados essenciais à complementaridade dos casos estudados, concordando com Gil (2009), que aponta esta como uma das vantagens dessa técnica. Outras vantagens são o baixo custo e a não exigência do contato com os sujeitos da pesquisa, o que, grande parte das vezes, é difícil ou impossível. Contudo, a técnica também apresenta entraves, como a não representatividade e a subjetividade dos documentos consultados. Destaca-se que pesquisas documentais são importantes não porque respondem decisivamente a um

problema, mas por possibilitarem uma melhor visão do mesmo ou o estabelecimento de hipóteses que podem ser verificadas por outros meios.

Optou-se pela técnica de entrevista devido à possibilidade de obtenção de dados com maior profundidade. Roesch (2006) afirma que a entrevista permite compreender situações que não foram, anteriormente, identificadas ou estruturadas pelo pesquisador.

Para a realização das entrevistas, foi utilizado um roteiro semiestruturado, composto por questões abertas, as quais visavam colher dados que respondessem aos objetivos desta pesquisa. As entrevistas permitem ao pesquisador entender e captar as perspectivas dos entrevistados, além de possibilitar a fragmentação, de modo a não prejudicar a espontaneidade do respondente e permitir ao pesquisador a inserção de novos questionamentos, tendo em vista o objetivo da entrevista (ROESCH, 2006; GODOI; MATTOS, 2006).

Após a seleção dos casos, foi realizado um primeiro contato telefônico, a fim de identificar, em cada organização selecionada, o indivíduo mais adequado a participar da pesquisa, tendo em vista o cargo ocupado e as informações a que tinha acesso. Julgou-se adequado selecionar indivíduos que ocupavam cargos de diretoria ou equivalente, desde que responsáveis pelo setor de microcrédito na organização. Durante o contato pessoal, foram explicitados o objetivo da pesquisa e seu contexto, bem como sua importância.

Em seguida, os entrevistados tiveram acesso a um documento com o roteiro da entrevista (APÊNDICE A) e a uma carta de apresentação, em que constavam uma breve explicação do estudo e os contatos dos pesquisadores responsáveis (APÊNDICE B). Foram questionados se autorizavam a gravação da conversa, para posterior transcrição e análises dos dados, assegurando a confidencialidade em relação às suas identidades e das organizações, e todos assentiram. As entrevistas duraram, em média, 40 minutos e foram realizadas

nas sedes das próprias organizações participantes, durante o mês de agosto do ano de 2012.

O tratamento e o procedimento de análise dos dados serão elucidados no tópico a seguir.

### **3.6 Tratamento e análise dos dados**

As entrevistas foram gravadas, com autorização dos participantes e transcritas, a fim de que pudessem ser resgatadas e analisadas de acordo com a orientação teórica proposta e os objetivos desta pesquisa. As transcrições foram analisadas, à luz da análise de conteúdo, com o auxílio do *software* WEFT-QDA, haja vista facilitar a análise qualitativa.

De acordo com Bardin (2007), a análise de conteúdo pode ser utilizada em qualquer comunicação que transporte significado. Vergara (2006) afirma que a análise de conteúdo pode se dar por procedimentos de caráter quantitativo, qualitativo ou ambos. Aqui se optou pelos processos qualitativos, isto é, que não privilegiam as frequências e/ou a repetição de termos.

Em pesquisas qualitativas, como esta, o pesquisador deve adentrar as ideias, valores e intenções do emissor, visando compreender sua mensagem (CHIZZOTTI, 2010). Para tanto, adotaram-se procedimentos não frequenciais, mas baseados em indicadores que denotam elementos significativos, relevantes na comunicação. Assim, esta abordagem é caracterizada pelo fato de que a inferência, sempre que realizada, é baseada na aparição de um índice (tema, palavras, personagem, etc.) e não na frequência de sua presença (BARDIN, 2007).

O *software* WEFT-QDA foi utilizado para auxiliar no processo de categorização. Foram criadas três categorias: (i) concessão do microcrédito, (ii) alinhamento do processo de concessão de microcrédito a seu público-alvo e (iii)

microcrédito nas organizações estudadas. Dessas categorias emergiram subcategorias, distribuídas conforme o Quadro 1.

Quadro 1 Categorias de análise dos resultados da pesquisa

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
Concessão do microcrédito	Processo de concessão
	Evolução do processo de concessão
	Origem dos recursos destinados à concessão de microcrédito
Alinhamento do processo de concessão de microcrédito ao seu público-alvo	Direcionamento dos processos publicitários
	Efetivação de operações
O papel do microcrédito nas organizações estudadas	Relevância do microcrédito para a organização
	Risco e inadimplência
	Dependência de subsídios

A partir da definição das categorias de análise foram importados os arquivos de transcrição das entrevistas para o *software* WEFT-QDA, permitindo a organização dos trechos ilustrativos, de acordo com a categoria a que pertenciam, de forma mais ágil e eficiente.

Diante do exposto, no Quadro 2, que demonstra os objetivos, a amostra, a técnica de coleta de dados e o tratamento dos mesmos, sumariza-se a metodologia empregada neste estudo.

Quadro 2 Métodos e seus respectivos procedimentos

Objetivo geral	Objetivos específicos	Técnica de coleta	Amostra	Análise dos dados
<p>Verificar, na perspectiva das organizações concessionárias, se a política de concessão de microcrédito, no estado do Tocantins, permite que essas atinjam seus objetivos sociais, bem como autonomia financeira.</p>	<p>descrever o processo de concessão de microcrédito e sua evolução nas organizações estudadas;</p>	<p>Pesquisa documental e entrevista semiestruturada</p>	<p>Gestores das organizações financeiras concessionárias de microcrédito</p>	<p>Análise de conteúdo</p>
	<p>averiguar se as políticas de concessão de microcrédito, das organizações estudadas, se alinham às necessidades dos potenciais tomadores de microcrédito, atingindo assim seu objetivo social;</p>	<p>Pesquisa documental e entrevista semiestruturada</p>		
	<p>examinar se os programas de concessão de microcrédito apresentam indícios de serem financeiramente sustentáveis para suas respectivas organizações.</p>	<p>Entrevista semiestruturada</p>		

No t3pico a seguir, analisam-se os dados encontrados, 3 luz da categoriza33o apresentada. Ressalta-se que se buscou realizar uma an3lise dos casos estudados de forma mais individualizada, sem deixar de consider3-los de forma agregada, tendo vista alcan3ar um entendimento mais amplo, no entanto, sem generaliza33es.



## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Esta seção está dividida em dois grandes tópicos. No primeiro, apresenta-se a descrição das organizações que compõem este estudo de casos múltiplos, a fim de contextualizar os resultados obtidos. Em seguida, são apresentadas as análises dos dados obtidos nestas organizações e discussões, a fim de verificar se estas atingem seus objetivos sociais e a autonomia financeira.

### **4.1 Apresentação dos casos estudados**

A seguir são expostos os casos estudados. Vale salientar que as organizações concessionárias tiveram seus nomes modificados, visando manter a confidencialidade dos dados obtidos, conforme acordado com os entrevistados. Portanto, na presente pesquisa, os casos estudados foram denominados organizações Alpha, Beta e Gama.

#### **4.1.1 Organizações Alpha**

A organização Alpha foi criada por lei municipal, em maio de 2005 e foi constituída com o objetivo exclusivo de implementar o microcrédito na capital do estado do Tocantins. Os empréstimos ofertados podem se destinar às pessoas físicas, variando de R\$1 mil a R\$ 5 mil e às pessoas jurídicas, formais ou informais, cujos valores estão entre R\$1 mil e R\$10 mil. É exigido que os recursos sejam utilizados para o desenvolvimento de atividades no próprio município. Os recursos podem ser destinados para investimentos em capital de giro, fixo ou misto, isto é, podem ser utilizados para a manutenção da atividade, para a compra de máquinas e equipamentos e/ou para ambos.

A organização prioriza o atendimento aos seguintes públicos: (i) mulheres empreendedoras formais ou informais, (ii) famílias em condição de risco social, isto, é aquelas que não dispõem de condições para sobreviverem dignamente, (iii) empreendedores não atendidos por políticas públicas sociais na área de geração de trabalho e renda, (iv) empreendimentos chefiados por portadores de necessidades especiais, sejam formalizados ou não e (v) empreendedores com acesso restrito às formas convencionais de crédito, devido à falta de garantias reais. Além disso, é possível a concessão do microcrédito a pleiteantes que tenham restrições cadastrais nos órgãos de proteção ao crédito, desde que previamente autorizado pelo comitê gestor de crédito da organização Alpha.

#### **4.1.2 Organização Beta**

A organização Beta é uma organização pública que, por força da Medida Provisória nº 122, de 25 de junho de 2003, atualmente, Lei nº 10735, de 11 de setembro de 2003, foi incluída nas medidas tomadas pelo Governo Federal, entre 2003 e 2004, com o objetivo de disseminar o microcrédito no país (BRASIL, 2003). Esta organização foi selecionada pelo fato de o governo ter julgado que ela tem capilaridade para atender a boa parte do mercado pretendido (INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, IBAM, 2001). Assim, esta organização passou a abrir contas e a disponibilizar microempréstimos para a população de baixa renda.

Ademais, a organização Beta foi afetada pela Resolução nº 3.310, de 31 de agosto de 2005, atual Resolução nº 4.153, de 30 de outubro de 2012, que exige dos bancos comerciais a destinação de, no mínimo, 2% dos depósitos à vista para fins de empréstimos a pessoas de baixa renda (BCB, 2012).

Atualmente, a organização Beta oferta microcrédito à população por

estar vinculada ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, Programa Crescer, do Governo Federal, criado em 2011, que visa facilitar o acesso ao crédito orientado para que o público do Programa Brasil Sem Miséria, instituído pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, possa ampliar seus negócios, promovendo a geração de trabalho e renda (BRASIL, 2011). O valor máximo, por empréstimo, é de R\$15 mil e os recursos não podem ser utilizados para o consumo; têm que se destinar a capital de giro ou a investimentos produtivos.

#### **4.1.3 Organização Gama**

Esta organização foi constituída por lei estadual, em maio de 1998. Seu objetivo é desenvolver ações diretas ou indiretas de inserção da camada da população menos favorecida economicamente. Originalmente, foi criada para realizar empréstimos e financiamentos a micro e a pequenos empreendedores e aos funcionários públicos estaduais. Sua missão inclui a geração de emprego e renda e o incentivo ao setor produtivo. A organização Gama oferece quatro produtos, aqui denominados Gama.A, Gama.B, Gama.C e microcrédito.

O produto Gama.A tem como público-alvo pequenos comerciantes, profissionais autônomos e prestadores de serviço. O recurso é destinado à compra de equipamentos, matérias-primas e capital de giro. Ao tomador está disponível o crédito de R\$1 mil, inicialmente, pois, após a quitação do primeiro empréstimo, é possível a contratação de novo crédito, no valor de R\$2 mil e, assim, a cada novo empréstimo, o tomador tem direito a acrescentar R\$1 mil reais de crédito, até o máximo de R\$5 mil. A taxa de juros praticada é de 1% ao mês e tem o benefício de ser reduzida para 0,5%, para os clientes adimplentes.

Para fazer jus ao produto Gama.A, é necessário que o tomador esteja com seus filhos matriculados na escola e que tenha um avalista, à exceção do

cônjuge. Não é necessário apresentar projeto de investimento do recurso, nem comprovação de renda e não é realizada consulta aos órgãos de proteção ao crédito. Este produto é direcionado às pessoas já beneficiadas por algum programa social, como, por exemplo, o Bolsa Família. As parcelas referentes ao valor emprestado começam a ser pagas 90 dias após a contratação, em 22 vezes.

O produto Gama.B está voltado para a liberação de recursos financeiros para os servidores públicos estaduais. A organização Gama visa, com este produto, contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos servidores estaduais, sejam eles concursados ou comissionados. Aos comissionados é necessário o aval de um servidor concursado para a efetivação do empréstimo. A taxa de juros é de 1,5% ao mês e o valor do empréstimo pode variar de R\$1 mil a R\$8 mil, desde que o valor da parcela não ultrapasse a 30% do salário líquido do tomador. As parcelas são descontadas diretamente na folha de pagamento.

O produto Gama.C visa atender ao setor produtivo agrícola, incluindo a agricultura familiar. Seu objetivo é o apoio ao pequeno produtor rural, por meio do financiamento a maquinários e implementos agrícolas. Também podem ser contempladas prefeituras, associações, cooperativas, sindicatos e reservas indígenas. Esta linha de crédito, atualmente, está paralisada para novas contratações. Estão sendo gerenciadas apenas as operações já contratadas.

O produto de interesse deste trabalho, na Organização Gama, é o microcrédito. O objetivo deste produto é a cessão de recursos financeiros a pequenos empreendedores, a fim de viabilizar a implementação ou a expansão de seus negócios e o interesse primordial é atender aos indivíduos com pouco ou nenhum acesso às tradicionais linhas de crédito dos grandes bancos. Para tanto, o processo de concessão é menos burocrático e a taxa de juros é inferior às de mercado, neste caso, 0,5%, ao mês.

Para o produto microcrédito, os valores disponíveis para empréstimo variam de R\$1 mil a R\$5 mil, os quais podem ser utilizados, exclusivamente,

para investimentos ou como capital de giro de atividades produtivas. Quando o tomador objetiva investir, tem 36 meses para liquidar sua dívida, incluindo os seis primeiros meses de carência. Quando se trata de empréstimo para capital de giro, o tomador tem 24 meses para pagar, já contemplado o prazo máximo de carência de quatro meses.

Contudo, para a obtenção do microcrédito da organização Gama, algumas informações cadastrais são necessárias. O tomador deve estar em situação regular junto às receitas federal, estadual e municipal, bem como seu avalista, que não pode ser o cônjuge. Ademais, é necessário apresentar duas referências pessoais. Cabe destacar que o valor requerido será analisado por um funcionário da organização, no momento da visita ao empreendedor e da análise técnica do cadastro e pode ser expandido ou reduzido, de acordo com seu entendimento.

Neste contexto, fica evidente que todos os produtos da Organização Gama apresentam a promoção do desenvolvimento de ações que visem à reinserção social das parcelas menos favorecidas da sociedade (TOCANTINS, 1998).

#### **4.2 Apresentação e discussão dos resultados**

Nesta seção, são apresentados e discutidos os resultados obtidos, tendo em vista a elucidação dos objetivos propostos no início deste trabalho. Assim, procura-se realizar uma análise acerca da política de concessão de microcrédito das organizações estudadas, sob a perspectiva dos gestores das mesmas.

As interpretações desta seção são baseadas nas informações coletadas e as discussões intentam relacioná-las ao processo de concessão de microcrédito e seu alinhamento como alcance dos objetivos sociais e a autonomia financeira das organizações credoras.

A discussão dos resultados foi dividida em três categorias de análise: concessão do microcrédito, alinhamento do processo de concessão de microcrédito a seu público-alvo e o microcrédito nas organizações estudadas.

#### **4.2.1 Concessão do microcrédito**

Nesta categoria, objetivou-se identificar o processo de concessão do microcrédito das organizações pesquisadas, bem como sua evolução e a origem dos recursos utilizados. Considera-se importante esta análise para identificar se os princípios norteadores do microcrédito produtivo e orientado estão, de fato, presentes no processo de concessão de crédito dessas organizações. Assim, conforme descrito na metodologia, foram definidas três subcategorias de análise: (i) processo de concessão, (ii) evolução do processo de concessão e (iii) origem dos recursos destinados à concessão de microcrédito.

##### **4.2.1.1 Processo de concessão**

O mapeamento do processo de concessão foi realizado com o objetivo de identificar se os princípios norteadores do microcrédito se fazem presentes, de fato, na metodologia utilizada para a concessão de crédito nas organizações investigadas, haja vista as diferenças existentes entre a concessão de microcrédito e o crédito tradicional (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008). Os entrevistados foram questionados quanto ao processo, de forma geral, tendo em vista o sistema de garantias utilizado, a existência de acompanhamento do tomador durante a vigência do contrato, os custos e os prazos para a liquidação do empréstimo, bem como os valores disponíveis e a destinação do recurso emprestado.

O processo de concessão do microcrédito na organização Alpha tem as características explicitadas no Quadro 3.

Quadro 3 Síntese do processo de concessão do microcrédito da organização Alpha

<b>Características analisadas</b>	<b>Tratativa da organização Alpha</b>
Garantias exigidas	Avalista com comprovação de renda
Orientação da destinação do crédito	O agente de crédito avalia o mérito do pedido de cessão do crédito e acompanha o tomador até a finalização do contrato
Taxa de juros	2,5% ao mês
Forma de pagamento	Pessoa física: até 18 vezes Pessoa jurídica: até 24 vezes Pode existir carência de até dois meses, em ambos os casos.
Público-alvo	Pessoas físicas ou jurídicas (formais ou informais)
Valor disponível	Pessoa física: de R\$1 mil a R\$5 mil Pessoa jurídica: de R\$1 mil a R\$10 mil
Destinação do crédito	Exclusivamente produtivo

O processo de concessão do microcrédito é avaliado como simples e pouco burocrático, pelo entrevistado da organização Alpha, que ainda destaca a facilidade de obtenção do crédito. Aponta o fato de não serem necessárias garantias reais nem a comprovação de renda do tomador como pontos positivos no processo, pois apenas o avalista necessita comprovar seus rendimentos. Os valores disponíveis para cessão variam de R\$1 mil a R\$5 mil, quando destinados à pessoa física e de R\$1 mil a R\$10 mil, para pessoas jurídicas, as quais precisam ser formalizadas.

O entrevistado afirma que o processo é menos burocrático quando comparado ao das demais organização, apesar da taxa de juros de 2,5% ao mês ser considerada elevada para a atual conjuntura econômica nacional, conforme elucida

a gente não é tão burocrático quanto alguns bancos comerciais. Embora apresentemos uma taxa que, hoje, é de 2,5%, ainda assim, a nossa demanda tem sido maior do que a

condição que a gente tem, em termos de capital, para atender.  
(relato de entrevista – Organização Alpha)

O respondente descreve que o pleiteante recebe a visita do agente de crédito, para fins de comprovação da necessidade do empréstimo e da veracidade dos dados declarados, visto que o recurso não pode ser utilizado para o consumo, devendo se destinar exclusivamente à produção. Nesse processo, o agente de crédito é um ator importante, pois é responsável por manter contato com o tomador, durante todo o período de vigência do contrato, por meio de visitas periódicas, a fim de verificar a utilização do recurso e o desenvolvimento do negócio.

Quando questionado sobre as medidas cabíveis, caso o credor destine os recursos para fins não produtivos, o entrevistado declara nunca ter sido constatado nenhum desvio de objetivo na utilização do montante emprestado, por isso, não há regras que deliberem sobre este assunto.

O processo de concessão de microcrédito da organização Beta, por sua vez, se distingue do da Alpha em alguns aspectos. O respondente defende que o processo é simplificado. Relata que, para pleitear o crédito, é necessário ter relacionamento comercial com a organização anterior à operação de microcrédito, conforme trecho a seguir: “a gente trabalha, hoje, com um público que é correntista (...) estamos trabalhando com oferta disso aí (...) mapeando, divulgando pra eles e tentando ver se eles pegam a linha de crédito”. Ele descreve que o funcionário da organização seleciona clientes que já têm relacionamento comercial anterior com a mesma e vão até o empreendimento ofertar o crédito. Esse funcionário mantém contato durante todo o período de contrato, acompanhando-o, por meio de visitas, que geram relatórios mensais. No Quadro 4 exibe-se a síntese do processo realizado na organização Beta.



Quadro 4 Síntese do processo de concessão do microcrédito da organização Beta

<b>Características analisadas</b>	<b>Tratativa da organização Beta</b>
Garantias exigidas	Não exige garantias reais, apenas aval
Orientação da destinação do crédito	O funcionário da organização Beta se desloca até o empreendimento para a efetivação do empréstimo e, após contratado, orienta em relação a questões contábeis, financeiras e econômicas do estabelecimento
Taxa de juros	0,64% ao mês
Forma de pagamento	Varia de acordo com a capacidade de pagamento do tomador
Público-alvo	Pessoa física: renda bruta mensal de até R\$3 mil Empreendedor individual: faturamento bruto anual de até R\$60 mil Microempresas: faturamento bruto anual de até R\$120 mil
Valor disponível	De R\$150 a R\$15 mil, de acordo com a capacidade de pagamento do tomador
Destinação do crédito	O recurso precisa ser destinado ao que foi contratado. O tomador apresenta um projeto, discriminando como o dinheiro será utilizado, visando à produção de bens e/ou serviços

A organização Beta exige de seus tomadores a apresentação de um projeto de utilização do recurso. O entrevistado afirma se tratar de um projeto simples, que visa detalhar e informar como e para quê o recurso será utilizado. Caso o mesmo seja destinado a fins que não os declarados na contratação, o tomador é obrigado a quitar imediatamente e integralmente a operação, havendo cancelamento do contrato por descumprimento de cláusulas e o registro de restrição cadastral na organização. O entrevistado afirma ser possível identificar uma situação desse tipo por haver o acompanhamento da operação, desde o momento da contratação, em que o funcionário da organização vai até o cliente para oferecer o crédito, até a liquidação do débito. Ele ressalta que o acompanhamento da operação é extremamente importante, pois, geralmente, os tomadores do crédito, conforme o relato de entrevista,

não têm aquela educação, ainda, de saber como pegar o crédito, de como aplicar. Até os próprios livros internos... eles não sabem trabalhar ali, essa contabilidade. Então, foi nesse sentido que veio essa questão da orientação, né?  
(relato de entrevista – Organização Beta)

O entrevistado vislumbra esse deslocamento do funcionário do banco até o cliente como uma facilidade resultante do processo de desburocratização de acesso ao crédito, conforme demonstra o trecho a seguir, “então, a burocracia é bem menor, bem menor, só o fato do funcionário do banco tá deslocando até lá, né?” Outro ponto apontado como facilitador da cessão do crédito é a substituição das garantias reais por garantias pessoais, como aval e fiança. Afinal, entende-se que a população marginalizada do processo convencional de concessão de crédito teria dificuldades em apresentar garantias reais (BARONE et al., 2002; SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

De acordo com o demonstrado no Quadro 4, na organização Beta, o microcrédito está disponível para pessoas jurídicas também. Entretanto, não é necessário que ela esteja formalizada para estar apta a pleitear recursos que variam de R\$150 a R\$15 mil, com taxas de juros de 0,64% ao mês. Os recursos também podem ser tomados por pessoas físicas cuja renda mensal não exceda a R\$3 mil, entretanto, é necessário que a atividade laborativa desempenhada esteja na lista das contempladas pela organização. Algumas das profissões previstas são: escultor, pintor, vendedor, feirante, taxista e costureiro, dentre outros. O entrevistado afirma que, se houver demanda significativa pelo atendimento a outras ocupações, essa é encaminhada à diretoria da organização e pode haver o seu credenciamento.

Por seu turno, na organização Gama, o processo de concessão do microcrédito tem as características sintetizadas no Quadro 5.

Quadro 5 Síntese do processo de concessão do microcrédito da organização Gama

<b>Características analisadas</b>	<b>Tratativa da organização Gama</b>
Garantias exigidas	Avalista
Orientação da destinação do crédito	É realizada visita técnica antes, durante e após a concessão do microcrédito
Taxa de juros	0,5% ao mês
Forma de pagamento	Capital de giro: 24 vezes, incluindo o período de carência Máquinas, equipamentos e matéria-prima: 36 vezes, incluindo o período de carência
Público-alvo	Pessoas físicas e jurídicas
Valor disponível	De R\$1 mil a R\$10 mil
Destinação do crédito	O crédito se destina a atividades produtivas descritas no plano de negócios que integra a documentação necessária à cessão do microcrédito

O entrevistado da organização Gama descreveu que o processo de concessão do recurso é simples. O pleiteante recebe a visita do agente de crédito para verificar a necessidade do empréstimo e a adequação do valor solicitado às atividades a serem desenvolvidas. Esse agente retorna ao empreendimento outras vezes, a fim de verificar o emprego dos recursos disponibilizados e os resultados proporcionados pelo capital emprestado, realizando um acompanhamento constante da aplicação desses recursos. A figura do agente de crédito, de acordo com o entrevistado, é ativa, durante todo o processo de crédito, conforme se espera de um processo de concessão de microcrédito (BARONE et al., 2002).

Os recursos emprestados variam de R\$1 mil a R\$10 mil, para pessoas físicas ou jurídicas, ao custo de 0,5% ao mês. Devem ser empregados para a realização de atividades produtivas, destinado a capital de giro ou à compra de máquinas, equipamentos e/ou matéria-prima. Esse detalhamento deve estar contemplado no plano de negócios necessário ao processo de obtenção do crédito. É interessante notar que o entrevistado da Gama afirmou que, apesar de haver a preocupação com a destinação do crédito, não há meios de penalizar tomadores que, porventura, deem destino diferente ao contratado, conforme trecho a seguir:

nós não temos o que fazer. A pessoa pegou o dinheiro, você não tem como pegar o dinheiro de volta, né?! É aguardar a pessoa quitar o empréstimo, né? Só isso aí, não tem, vamos dizer, uma punição pra isso.

(relato de entrevista – Organização Gama)

Quando inquirido sobre a possibilidade de o tomador que tenha utilizado o crédito com fins outros que não a produção de bens e/ou serviços obter novo empréstimo, o respondente afirmou ser possível, desde que o compromisso anterior tenha sido saldado.

Diante das características expostas acerca do processo de concessão de microcrédito das organizações estudadas, pode-se afirmar que nem todas buscam efetivar as operações, tendo em vista todos os preceitos inerentes ao microcrédito, de acordo como Soares e Melo Sobrinho (2008). No que se refere às garantias para a efetivação das operações, todas as organizações se utilizam de garantias pessoais, o que pode ser considerado coerente, haja vista o público-alvo do microcrédito ser constituído por pessoas de baixa renda. Logo, não seria compatível a exigência de garantias reais, como bens móveis e/ou imóveis para a cessão dos recursos.

No que tange à destinação do crédito, fica evidente a preocupação das organizações, no que diz respeito à sua utilização para a produção de bens ou serviços, ou seja, o microcrédito produtivo. A Beta tem, inclusive, sanções administrativas aos tomadores que utilizarem o microcrédito para fins que não os de produção, ao passo que o entrevistado da Gama diz já ter havido tal situação. No entanto, não foram estabelecidos meios para cercear tal tipo de atitude. Vale ressaltar, inclusive, que esse tomador pode contrair novo empréstimo de microcrédito. A postura da organização Alpha também chama a atenção, afinal, é possível que tal desvio de objetivo tenha ocorrido e não tenha sido detectado, o que inspira cuidados e requer o desenvolvimento de

mecanismos de vigilância e precaução. Percebe-se que a organização Alpha se mostra negligente em relação à questão da destinação do microcrédito concedido, sobretudo porque se considera o microcrédito uma forma relevante de mitigação da pobreza pelo fato de possibilitar a geração de emprego e renda, por meio da produção de bens e serviços pela camada mais pobre da sociedade. Assim, se a utilização do recurso não for controlada de forma rígida, não é possível afirmar que se trata de microcrédito produtivo.

As três organizações se mostram preocupadas com a orientação na utilização do crédito, uma vez que os representantes de todas elas relataram a realização de visitas de acompanhamento aos tomadores em mais de um momento, ao longo da operação. Assim, conforme Barone et al. (2002) afirmam, ao contrário do que acontece no sistema creditício tradicional, nas organizações concessionárias de microcrédito, o agente de crédito tem uma postura proativa, se deslocando até o local em que o empreendedor exerce sua atividade, verificando a necessidade do crédito e acompanhando o desenvolvimento do negócio e, por consequência, a aplicação do recurso.

Quanto às taxas de juros, prazos de pagamento e valores disponíveis para empréstimo, percebeu-se significativa diversidade das práticas das organizações estudadas. Todos os entrevistados afirmaram que o processo de concessão visa à redução da burocracia e tem a organização, na figura de um funcionário ou agente de crédito, se deslocando até o potencial tomador, evidenciando os baixos custos de transação nas três organizações. Os prazos para pagamentos variam de acordo com o valor tomado, não configurando deturpação dos princípios microcreditícios, em todas as organizações as parcelas são mensais (RIBEIRO; CARVALHO, 2006). Uma incoerência encontrada em todas as organizações estudadas se refere aos valores disponíveis para empréstimo. Trata-se de valores elevados quando se considera a população de baixa renda como público-alvo. É importante ressaltar que a organização Beta é

a única que tem oferta inicial de crédito condizente com o público do microcrédito, no entanto, sua prática é contraditória, por estabelecer como pré-requisito a existência de relações comerciais anteriores ao processo de concessão do microcrédito. Como o alvo do microcrédito são pessoas excluídas do sistema bancário formal, é conflitante exigir que, para obterem microcrédito, precisem ser correntistas da organização.

Diante da postura das organizações Alpha, Beta e Gama, acerca do processo de concessão do microcrédito, no próximo tópico busca-se identificar a evolução pela qual os mesmos passaram e quais motivos impeliram as organizações à realização de mudanças.

#### **4.2.1.2 Evolução do processo de concessão**

Esta subcategoria visou identificar as modificações ocorridas no processo de concessão do microcrédito, ao longo do tempo, em cada uma das organizações participantes deste estudo. Esta identificação é importante para verificar a influência do ambiente externo nas adequações sofridas no processo de concessão.

O entrevistado da organização Alpha afirmou que foram realizadas alterações no sistema de garantias. No início das operações, era comum o aval solidário, em que se formava um grupo de tomadores e um se responsabilizava pelo empréstimo do outro. Contudo, em decorrência de inúmeros problemas, sobretudo de inadimplência, esse tipo de garantia foi substituído pelo avalista. O entrevistado ressaltou que a garantia por meio do aval solidário “diminuiu um pouco. Não quer dizer que a gente não venha a praticar não. A nossa lei [de constituição] permite que isso seja praticado”.

Como os preceitos balizadores do processo de concessão do microcrédito, nesta organização, foram previstos em sua lei de criação, datada de

2005, o entrevistado aponta a necessidade de modificação de alguns itens, como, por exemplo, a taxa de juros cobrada.

Em 2005, 2,5% era muito atrativo (...). Nossa taxa de juro, em 2005, era uma taxa relativamente pequena, praticada em relação aos outros bancos. Mas, hoje, sete anos depois, juro de 2,5, onde os outros anunciam menos de 1%.  
(relato de entrevista – Organização Alpha)

Ele pontua que a realização de emendas à lei de criação da Alpha consiste em obstáculo à evolução do processo de concessão do microcrédito, dadas a burocracia e a morosidade desse processo.

O processo de concessão de microcrédito da organização Beta, por sua vez, passou por transformações, com o decorrer do tempo. O entrevistado relata que o microcrédito com o qual trabalhavam não era orientado, conforme elucidado no relato a seguir.

Antigamente, tinha o microcrédito normal. A pessoa vinha, tirava um empréstimo, vai no terminal, saca... tira com o cartão... Um microcrédito de consumo normal, ela poderia aplicar onde ela quisesse. É o primeiro microcrédito que apareceu pra gente.  
(relato de entrevista – Organização Beta)

Fica evidente, na narrativa do entrevistado, que a organização não realizava operações de microcrédito, pois, apesar de consistirem em cessões de crédito de pequenas quantias, não visavam atender à população em risco social, utilizando metodologia diferente da praticada para concessões tradicionais (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008). O entrevistado lembrou que

são anos já. Depois veio o produtivo que, aí, nós passamos a emprestar o microcrédito pra determinadas atividades. Quer dizer, pra produção. Então, alguém tinha uma determinada atividade, ia produzir ali... Aí ele já passou a ser direcionado,

produtivo, não era só aquele de consumo. E, o último agora é o produtivo orientado porque o quê vai diferenciar isso? Nos outros microcréditos, o microempreendedor, ele vinha até o banco para pegar o crédito. Hoje é diferente.  
(relato de entrevista – Organização Beta)

Os moldes de concessão do microcrédito da organização Beta foram modificados porque a mesma verificou que o crédito concedido sem orientação não era proveitoso para as pessoas, visto que, muitas vezes, elas não sabiam como aplicá-lo, não tinham conhecimento dos “próprios livros internos, não sabem trabalhar essa contabilidade”, acarretando elevadas taxas de inadimplência naquele período.

Ao contrário dos casos anteriores, a organização Gama não modificou seu processo de concessão do microcrédito de forma significativa. O entrevistado afirmou que “o seu esboço principal é o mesmo desde o início”. A taxa de juros praticada é mantida desde o início de suas atividades, bem como as garantias e a documentação exigida. Houve modificações apenas dos prazos e dos valores, os quais foram dilatados. Ele assegura que essa manutenção quase que total do processo de concessão se dá devido ao fato de a organização ter, desde o início de seu funcionamento, um entendimento muito claro acerca do microcrédito. No Quadro 6 demonstram-se, sinteticamente, as transformações ocorridas nos processos de concessão do crédito nas organizações Alpha, Beta e Gama.

Quadro 6 Transformações ocorridas nos processos de concessão de microcrédito das organizações estudadas

<b>Organização</b>	<b>Modificações sofridas no processo de concessão de microcrédito</b>
Alpha	Redução da utilização do aval solidário e constatação da necessidade de reduzir a taxa de juros praticada
Beta	Evolução de empréstimos de baixo valor para microcrédito produtivo e, em seguida, para microcrédito produtivo e orientado
Gama	Elevação dos prazos para pagamento e dos valores das operações



Neste contexto, percebe-se que Beta foi a organização que mais realizou alterações em seu processo de concessão de microcrédito, provavelmente por estar diretamente subordinada às políticas do governo de incentivo ao microcrédito. É interessante verificar que Alpha, por sua ligação direta com o governo do município, não tem autonomia para realizar as modificações avaliadas como necessárias ao processo de concessão de microcrédito. Observa-se que Gama se apresenta como melhor estruturada, neste aspecto, pois as alterações realizadas foram pontuais e, certamente, decorrentes das transformações econômicas ocorridas no país, neste período.

É importante notar que as três organizações modificaram seus processos de concessão de microcrédito, a fim de atenderem às necessidades identificadas, internas ou externas à organização. No caso de Alpha e Beta, as elevadas taxas de inadimplência consistiram no gatilho para que as modificações fossem realizadas, ao passo que as mudanças engendradas por Gama têm aspectos relacionados aos ambientes internos e externos.

#### **4.2.1.3 Origem dos recursos destinados à concessão de microcrédito**

Nesta subcategoria, objetivou-se identificar a fonte dos recursos utilizados pelas organizações para a concessão do microcrédito. Julga-se esta informação como relevante, devido aos inúmeros programas de incentivo ao microcrédito lançados pelo Governo Federal. Além disso, é importante investigar como as organizações de microcrédito estudadas fomentam a oferta de crédito ao seu público-alvo.

Os recursos utilizados pela organização Alpha são provenientes de um fundo municipal designado especificamente para o microcrédito. Esse fundo foi criado em 2005, com o depósito de R\$1,07 milhão e, no ano seguinte, foram

acrescidos R\$530 mil. O planejamento era de que esse fundo fosse alimentado também nos anos seguintes, entretanto, o entrevistado detalhou que

dada uma série de fatores, vamos dizer, de governo de, às vezes, até de desentendimento político, entre a esfera municipal e a estadual, principalmente, o capital do município, ele ficou mais restrito. Então, com vários fatores, chegou ao entendimento que não seria repassado outra parcelas e ficaria trabalhando com esse capital apenas.  
(relato de entrevista – Organização Alpha)

Insta salientar que este foi o capital inicial destinado às operações de microcrédito da Alpha. Atualmente, este valor é maior, devido ao acúmulo de operações realizadas pela organização.

A organização Beta tem uma realidade um pouco diferente da dos outros casos estudados, haja vista o fato de os recursos destinados à concessão de microcrédito provirem de outras operações realizadas pela organização. A Beta participa do Programa Crescer e cumpre a Resolução 3.310, de 31 de agosto de 2005, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que estabelece que 2% do depósito compulsório obrigatório dos bancos comerciais sejam destinados às operações de microcrédito. O entrevistado não pode revelar qual o montante destinado pela organização Beta a tais operações, mas assegurou que

esgotando essa fonte, teria que buscar outras fontes, (...) não vejo faltar recurso pra isso aí. Não falta. Não vai faltar recurso. Acho que toda demanda que for procurada ela será atendida.  
(relato de entrevista – Organização Beta)

Já os recursos utilizados pela organização Gama para a concessão do microcrédito provêm de recursos dos governos federal e estadual. Em 2012, foram destinados R\$9 milhões exclusivamente para a realização de operações de

microcrédito. Deste montante, mais de um terço já havia sido emprestado, à época da realização desta entrevista, meados de agosto de 2012.

A iniciativa pública aparece como ator interessado no desenvolvimento e na disseminação do microcrédito, pois, quando não fomenta as organizações concessionárias de microcrédito diretamente, como ocorre com Alpha e Gama, se utiliza de programas de governo que impliquem na participação compulsória das organizações consideradas importantes para o alcance de seus objetivos, como ocorre com a organização Beta, conforme demonstrado no Quadro 7.

Quadro 7 Fontes dos recursos utilizados pelas organizações financeiras para a concessão do microcrédito

<b>Fontes dos recursos utilizados para a concessão de microcrédito</b>	
Organização Alpha	Fundo municipal
Organização Beta	Recursos próprios, regulamentados pelo Governo Federal
Organização Gama	Governo federal e estadual

Diante de tais constatações, ficam nítidos os esforços governamentais para a disseminação do microcrédito no país, em consonância com a Lei nº 11.110/05, que instituiu o PNMPO. Essa abordagem política acerca do microcrédito, que lhe confere contornos de política pública, iniciada na década de 1980, visa ao apoio e ao desenvolvimento, sobretudo das regiões mais pobres do país, caso da região norte (THEODORO, 2000), em que se localizam os casos aqui estudados. Diante disso, fica manifesto o entendimento governamental de que o microcrédito se apresenta como meio que permite à população, sem acesso ao sistema creditício tradicional, a saída da condição de pobreza, por meio de sua inserção no mercado financeiro e, por conseguinte, no mercado produtivo. Vale observar que, apesar da preocupação notadamente relacionada à questão social, trata-se de uma política de cunho liberal, visto considerar o mercado como instância máxima da regulação social (LEITE, 2010), denotando seu delineamento institucionalista.

Logo, a categoria concessão do microcrédito demonstrou, por meio das subcategorias processo de concessão, evolução do processo de concessão e origem dos recursos destinados à concessão de microcrédito, que o interesse governamental é relevante para a organização do microcrédito, lembrando que a diferenciação da metodologia de concessão e o público-alvo consiste em pontos nevrálgicos desse produto das microfinanças (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

De maneira geral, se pode notar que o processo de concessão de microcrédito, nas organizações estudadas, apresenta coerência com a metodologia de microcrédito, apesar de essa não ser total. Foram identificadas algumas lacunas que descaracterizam a metodologia preconizada por esse tipo de crédito, tais como a declaração, do entrevistado da Beta de que a concessão do microcrédito está condicionada ao fato de o tomador ter relações comerciais anteriores ao pleito do microcrédito. Considerando-se que o microcrédito visa pessoas excluídas do sistema creditício tradicional, então, se pode aventar que a organização Beta não atende ao perfil do público demandante de microcrédito.

Outro aspecto que merece reflexão diz respeito ao tipo de garantia utilizado pelas organizações. Apesar de todas declararem a utilização do avalista como garantidor das operações, consistindo em aspecto facilitador, coerente com a metodologia do microcrédito, não se percebeu a utilização de aval solidário, tipo de garantia mais recomendando na literatura para a efetivação de operações de microcrédito (BARONE et al., 2002). Na verdade, ficou constatado que apenas uma organização, a Alpha, fazia uso desse tipo de garantia e, obtendo insucesso recorrente, o substituiu, exemplificando as modificações sofridas no processo de concessão de crédito. No entanto, a utilização de avalista em detrimento de garantias reais também consiste em tipologia adequada à concessão do microcrédito.

Por fim, é significativo o empenho governamental para a promoção do microcrédito. Para tanto, o governo tem lançado mão de diversas políticas públicas, por meio da promulgação de leis, que impelem as organizações existentes a direcionarem esforços visando o cumprimento desse objetivo, caso da organização Beta, e incentivando a criação de organização, em âmbito municipal e estadual, objetivando a concessão de microcrédito de forma capilarizada, a exemplo de Alpha e Gama.

Diante do exposto, o processo de concessão de microcrédito das organizações participantes deste estudo, bem como sua evolução e a origem dos recursos que promovem as iniciativas microcreditícias dessas organizações, responde ao primeiro objetivo específico desta pesquisa. O tópico seguinte se detém em tratar da segunda categoria de análise dos resultados obtidos.

#### **4.2.2 Alinhamento do processo de concessão de microcrédito com seu público-alvo**

Esta categoria visou averiguar se os processos de concessão de microcrédito utilizados pelas organizações participantes deste estudo estão alinhados aos potenciais tomadores de microcrédito, isto é, pessoas pertencentes à base da pirâmide social, usualmente sem acesso ou com acesso restrito às operações de crédito. Para tanto, foram definidas as subcategorias direcionamento dos processos publicitários e efetivação de operações.

##### **4.2.2.1 Direcionamento dos processos publicitários**

O direcionamento dos processos publicitários das organizações conessoras merece análise, a fim de verificar se são divulgadas a existência e a possibilidade de obtenção de microcrédito para o público-alvo das mesmas. Em

caso de haver ações realizadas nesse sentido, como se trata de um produto destinado a público específico, pessoas com pouco acesso ao crédito tradicional, é importante examinar a efetividade de tais ações.

Quando inquirido sobre a existência de iniciativas publicitárias que divulgassem o microcrédito, o entrevistado da organização Alpha respondeu que “existe (...) alguns meios. Meio televisivo, algumas campanhas de rádio e o site da prefeitura têm a especificação da [organização Alpha] e têm alguns textos norteadores”.

Analisando os meios de divulgação utilizados pela Alpha, se pode depreender que veículos de comunicação, como a televisão e o rádio, são capazes de abranger público de diversas classes sociais e com interesses distintos; por se tratarem de meios de comunicação bastante populares no país, abrangem parcela significativa da população, independente de classe social. Contudo, é sabido que os prováveis pleiteantes do microcrédito, possivelmente, têm acesso limitado à internet e, logo, a disponibilidade de tais informações no *site* da prefeitura pode apresentar pouco acréscimo de informações a esses sujeitos.

Ademais, parece não haver problemas de demanda de microcrédito na Alpha, uma vez que o entrevistado enfatizou que “a nossa demanda tem sido maior do que a condição que a gente tem, em termos de capital, para atender. Por esse perfil, a nossa divulgação não é tão intensificada”. Assim, pode-se avaliar que os meios de divulgação utilizados pela organização Alpha são parcialmente adequados para atingir os potenciais tomadores de microcrédito. Iniciativas mais focadas para a população de baixa renda seriam mais adequadas e a utilização da internet parece destoar do contexto da parcela de baixa renda no país (HASHEMI, 2007).

O entrevistado da organização Beta afirma haver divulgação, por meio do *site* da organização e de jornais, televisão, rádio e entrega de panfletos em

pontos que a organização julga serem frequentados pelos potenciais tomadores de microcrédito, conforme denota o trecho de entrevista a seguir.

A gente divulga, divulga no site. Agora mesmo, hoje mesmo, um colega vai tá distribuindo na feira da 304 [endereço da cidade], e em outras feiras aí, panfletos sobre a linha de crédito e, inclusive, os formulários de atualização cadastral pro pessoal. Então, a gente faz sempre esse trabalho também. Além de colocar isso em jornais, televisão, mídias, né?  
(relato de entrevista – Organização Beta)

A organização Beta demonstra se preocupar com a divulgação da oferta de microcrédito, no entanto, apesar das várias formas de divulgação que elevam a quantidade de pessoas abordadas, nota-se certo direcionamento para indivíduos já empreendedores, sobretudo clientes da organização, quando o respondente ressalta haver iniciativas de atualização cadastral. Vale lembrar que Beta exige que os pleiteantes já tenham relacionamento com a organização, reduzindo sobremaneira os esforços financeiros realizados com propaganda tão abrangente, visto adotar tal condição restritiva. Além disso, conforme acontece na organização Alpha, a divulgação realizada por meio da internet não pode ser considerada efetiva para o público de baixa renda, dadas as restrições de acesso à mesma. Destarte, considera-se que as ações realizadas pela internet e voltadas para os clientes da organização não podem ser consideradas condizentes com o público que se intenta atingir.

A divulgação da organização Gama, por sua vez, é realizada de forma esporádica, na maioria das vezes, por meio de entrevistas do presidente da organização em programas de televisão e também propagandas no rádio, na televisão e por distribuição de folders. Ele ressaltou que as atividades publicitárias ocorrem

de tempos em tempos. Por ser um órgão do governo, o governo divulga nos seus meios todos os programas que ele tem e o [organização Gama], em particular, ele tem essa, de tempos em tempos, principalmente, início de cada gestão (...) e sempre tá sendo chamado para dar entrevistas nos meios de comunicação. Então, é assim que se faz a divulgação. O presidente vai num determinado canal de TV, dá uma entrevista, a gente nem sabe... nem assistiu a entrevista, mas, depois, já, as pessoas já procurando (...) Aí acabam cobrando, mas, realmente, é isso: tv, rádio, jornais, também tem o jornalzinho local, o jornalzinho do órgão que não é mensal, é bimestral (...) se divulgam as ações do órgão como um todo.

(relato de entrevista – Organização Gama)

Apesar de veículos de comunicação, como televisão, rádio e fôlderes serem capazes de atingir relevante parcela de público, esta organização não parece tão empenhada quanto as outras, no que diz respeito à divulgação periódica. As ações de divulgação ocasionais, e não necessariamente direcionadas à oferta de microcrédito, demonstram tal fato. A promoção do microcrédito parece ocorrer em decorrência de outras frentes de trabalho existentes na organização, conforme citado na descrição dos casos. Assim, não há foco na exposição da concessão de microcrédito.

A declaração do entrevistado faz acreditar que a divulgação do microcrédito está associada às necessidades políticas, visto as ações de divulgação se concentrarem, primordialmente, no início de cada gestão. Desse modo, se pode afirmar que os meios de comunicação utilizados são adequados, apesar de não ter ficado nítida a intenção de divulgação recorrente do microcrédito aos seus potenciais tomadores. No Quadro 8 sintetizam-se as informações acerca da adequação da divulgação do microcrédito a seus potenciais tomadores.



Quadro 8 Adequação do direcionamento publicitário aos potenciais tomadores

<b>Organização</b>	<b>Meios de divulgação</b>	<b>Adequação ao público-alvo de microcrédito</b>
Alpha	Rádio, TV e site da prefeitura	Parcialmente adequado
Beta	Rádio, TV, site da organização, jornais e panfletos em comércios de grande circulação (ex.: feiras)	Parcialmente adequado
Gama	Rádio, TV, jornal institucional e, sobretudo, entrevistas do presidente da organização	Meios de comunicação adequados, mas não há estratégias periódicas de divulgação. As ações se concentram de acordo com os objetivos políticos da organização

A divulgação da possibilidade de conceder microcrédito é entendida como importante para o processo de concessão, principalmente por possibilitar que mais pessoas tenham acesso à informação de que este tipo de recurso existe e está disponível. Afinal, como o objetivo é o público marginalizado do mercado de crédito, depreende-se não ser comum a esses o conhecimento das possibilidades e/ou alternativas para obtenção de recursos.

Neste contexto, é importante a utilização de meios de comunicação que abranjam esta parcela da população. Ponderando tal fato, se considera adequado que os processos publicitários sejam direcionados para a população de baixa renda. Logo, veículos de comunicação, como rádio e TV, bem como a distribuição de mídias impressas, são significativos para a disseminação da existência do microcrédito. Em contrapartida, a utilização da internet para tal fim é considerada questionável, tendo em vista a restrição do acesso à mesma pela população da base da pirâmide. Cabe ressaltar que a dispersão do conhecimento acerca do microcrédito só se concretiza com a utilização de

mídias adequadas e ações concretas e periódicas que tenham por objetivo a exposição dessa possibilidade.

O tópico seguinte trata da efetivação das operações de microcrédito nas organizações analisadas.

#### **4.2.2.2 Efetivação de operações**

Esta subcategoria visou identificar, por meio das operações efetivadas, o alinhamento das políticas de concessão de microcrédito nas organizações pesquisadas ao perfil dos potenciais tomadores, considerando o direcionamento dos processos publicitários utilizados para a disseminação da existência e a possibilidade de obtenção do microcrédito. Vale salientar que não foi possível a divulgação de dados numéricos que validassem ou refutassem o julgamento dos entrevistados. Assim, as informações sobre a efetivação das operações se referem às análises dos respondentes.

Na organização Alpha, o entrevistado declarou que sua percepção é a de que a maioria os pleiteantes ao microcrédito têm acesso ao mesmo. Ele acredita que

que a maior parte consegue o crédito no banco. Uma parcela bastante considerável consegue. Tendo essa questão de estar com o nome, ter toda a documentação e não tendo muita pressa, assim, 'tando tranquilo..., o mínimo de tempo, aí, no seu planejamento, ele consegue. Não é difícil não.  
(relato de entrevista – Organização Alpha)

O respondente expôs que o cumprimento das exigências estabelecidas pelo processo de concessão significa que a probabilidade de concessão do crédito é significativa. Contudo, o entrevistado ressaltou não ter dados sobre a taxa de operações realizadas em relação às demandas. Declarou nunca ter sido realizado nenhum levantamento sobre tal aspecto e, por isso, não ter condições

de informar com precisão. Justificou que parte das operações consultadas, mas não efetuadas, ocorre pela indisponibilidade do recurso, no momento em que o demandante deseja. Ele exemplificou a seguinte situação:

vêm alguns e formalizam o processo, mas, como a gente precisa de arrecadar pra poder reemprestar, leva, aí, vamos supor, 20, 30 dias. Às vezes menos, mas pode ser que, nesse intervalo, a pessoa já tenha resolvido, tenha conseguido um outro banco. Então, é, vamos dizer, é uma (...) forma de fazer com que a pessoa desista, né?  
(relato de entrevista – Organização Alpha)

Apesar desse entrave, o entrevistado acredita que parcela significativa das operações pleiteadas sejam contratadas, posto a facilidade do processo, resultado da metodologia de concessão do microcrédito, adequada à população a quem se destina. Percebe-se que o período necessário para a liberação dos recursos se configura em obstáculo aos potenciais tomadores, haja vista desistirem do empréstimo em decorrência dos prazos para a sua disponibilização. Diante disso, pode-se inferir a necessidade de melhorias na gestão dos recursos que fomentam o microcrédito na organização Alpha, a fim de que haja recursos em caixa que possam ser prontamente disponibilizados à efetivação de novas operações.

O entrevistado da organização Beta alega não ter dados sobre a efetivação de operações do microcrédito. Ele afirmou que o alcance dos objetivos da organização é mensurado pelo alcance das metas de empréstimos, cujos valores não pode declarar, visto serem sigilosos. Contudo, julga que o montante contratado no estado é relevante, conforme ficou demonstrado no trecho a seguir “Não, não tem mapeado disso, hoje, mas, assim, posso dizer que, no estado aqui, a gente já aplicou mais de um milhão de reais, mais de um milhão de reais, né?” Não ficou evidente a preocupação da organização Beta em verificar a efetividade de seu processo de concessão do microcrédito, no que diz

respeito à efetivação das operações pleiteadas pelos potenciais tomadores da organização.

Em contrapartida, a organização Gama aparenta ter controle e preocupação em monitorar tais números, pois, quando indagado sobre tal fato, o entrevistado afirmou que em torno de 80% das operações pleiteadas são concretizadas. Ele apontou que as tentativas de obtenção do crédito, geralmente, não se concretizam por três motivos: (i) ausência de documentação do potencial tomador, (ii) existência de restrição cadastral ou (iii) por desistência do pleiteante. Enfatizou que, apesar de poucas as exigências para a concessão de crédito, nem todos conseguem atendê-las, conforme relato a seguir.

Não se concretizam porque... questão de restrição... quando trata-se do microcrédito, né? Questão de restrições cadastrais, né? Restrições no órgão de proteção ao crédito, né? Falta de apresentação de algum documento, desses poucos que nós exigimos, que são documentos pessoais, identidade, CPF, título de eleitor, comprovante que tá em dias com a Justiça Eleitoral e comprovante de endereço atualizado, né? Em falta de alguns desses documentos não tem como você liberar, né? Então, hoje, o que mais impede a pessoa são esses tipos de coisas: a restrição ou a falta de documento.

(relato de entrevista – Organização Gama)

O entrevistado explicou que há casos em que o empréstimo é aprovado, mas o demandante desiste, pois não pode esperar pela liberação do mesmo. “Dentro desses 20% aí que não se concretizam, uma pequena taxa aí é daqueles que realmente chegam aqui e não (...) vou desistir pelo fato que demorou. Demorou, então, vou desistir”. Esse problema existe, pois a liberação do crédito demora, em média, 45 dias, visto Gama precisar arrecadar, por meio do recebimento das parcelas dos empréstimos já realizados, para emprestar. Ele alegou que

têm muitos bancos que quer muito cliente pra emprestar, porque o lucro dele é emprestar, né? Nós, pelo contrário, nós temos que ter contenção porque nós não temos dinheiro pra todo mundo.  
(relato de entrevista – Organização Gama)

A partir dessas declarações, pode-se inferir que essa restrição de recursos impacta de forma significativa as decisões de divulgação e propaganda da Gama, pois, conforme explicitado anteriormente, é a organização cujas iniciativas de divulgação são menos constantes, dentre as estudadas. Ademais, assim como a organização Alpha, em que os recursos destinados ao microcrédito são provenientes de fundos governamentais, Gama também evidencia a necessidade de ajustes na administração dos recursos disponíveis, a fim de atender à demanda por microcrédito. No Quadro 9 constam as informações da organização, no que tange à efetivação de operações de concessão de microcrédito.

Quadro 9 Percepção da efetivação de operações de microcrédito nas organizações

<b>Organização</b>	<b>Operações efetivadas</b>
Alpha	Percepção de que a maioria das operações é efetivada
Beta	Não tem dados acerca da efetivação de operações; o alcance dos objetivos da organização é mensurado pelo atingimento das metas de empréstimos, cujos valores são sigilosos
Gama	Aproximadamente 80% das demandas são atendidas

Diante do apresentado, Alpha e Gama têm, na disponibilização de recursos para a efetivação das operações, um gargalo que impossibilita a efetivação de alguns empréstimos, o que restringe o objetivo social dessas organizações em atender, totalmente, à demanda de microcrédito das populações em situação de risco social.

Nesse sentido, respondendo ao segundo objetivo específico desta pesquisa, se pode afirmar que os processos utilizados para a concessão do

microcrédito apresentam falhas, no que se refere à adequação ao público-alvo dessa modalidade de crédito, nas três organizações estudadas. Alpha demonstra que, apesar de ter sido constituída com objetivo específico de conceder microcrédito, não tem monitoramento da efetivação de suas operações, a fim de verificar a real adequação de seu processo ao seu público-alvo, além da escassez de recursos para a realização de liberações imediatas dos recursos contratados. Seu processo de divulgação apresenta pequenas falhas na utilização das mídias, o que não compromete integralmente sua efetividade, haja vista o uso de outros veículos de comunicação.

Dentre as três organizações, Beta é a que apresenta processos publicitários mais consistentes, no entanto, seu foco é questionável, em decorrência do requisito de haver relações comerciais anteriores à concessão de microcrédito. Assim, exhibe ações de divulgação destinadas a seus clientes e não a potenciais tomadores, resultando em perda de esforços neste sentido. Utiliza o valor liberado nas operações para avaliar seu desempenho em relação às operações de microcrédito, aparentando pouco interesse nas operações não efetivadas e dos motivos para tal.

Gama é a organização cujos processos publicitários podem ser classificados como os mais inconsistentes, entretanto, a organização se revelou empenhada em verificar as taxas de efetivação de operações como indicador de atendimento ao seu público-alvo. É importante salientar que, apesar das fragilidades detectadas em seu processo de divulgação, a efetivação das operações é significativa.

A seguir, discute-se o papel do microcrédito nas organizações estudadas, em específico no que se refere ao papel desempenhado pelo microcrédito em Alpha, Beta e Gama.

### **4.2.3 O papel do microcrédito nas organizações estudadas**

Esta categoria visou identificar qual o papel do microcrédito nas organizações estudadas, qual sua importância para a organização e as motivações da mesma para concedê-lo. Além disso, buscou-se verificar a autonomia financeira do microcrédito nessas organizações e, para tanto, são abordadas as subcategorias: relevância do microcrédito para a organização, risco e inadimplência, e dependência de subsídios.

#### **4.2.3.1 Relevância do microcrédito para a organização**

O objetivo desta subcategoria é verificar qual a relevância do microcrédito para as organizações estudadas, no que tange ao alcance de objetivos sociais inerentes a esse tipo de crédito.

O microcrédito é a razão da existência da organização Alpha, consistindo no único produto oferecido por ela. O entrevistado afirma que a organização foi criada para tal, por meio da iniciativa do governo municipal da época e da demanda da população. Desse modo, constata-se que o objetivo social do microcrédito, que é a geração de emprego e renda, para a população de baixa renda, por meio do acesso ao crédito, também é o objetivo de Alpha.

Por sua vez, o entrevistado da organização Beta assegurou que “o objetivo maior é esse mesmo de gerar trabalho, emprego, renda, né?”. É sabido que Beta tem outros produtos, pois se trata de uma organização que teve o microcrédito incluído em sua carteira de produtos por determinação governamental, a partir da vigência do Programa Crescer. O entrevistado reiterou que o microcrédito é importante para

propiciar desenvolvimento. A partir do momento que a gente trabalha a parte econômica e traz a parte social junto,

nós estamos propiciando desenvolvimento. Então, o principal, o mote aí mesmo, é propiciar o desenvolvimento. É melhorar os índices e o IDH das populações, da população brasileira.

(relato de entrevista – Organização Beta)

Logo, o entrevistado de Beta declarou que a organização trabalha para a concessão de microcrédito, por acreditar em sua efetividade para a melhoria da qualidade de vida da população. Vale lembrar que a organização tem outros produtos que também necessitam ser explorados e que a disponibilização do microcrédito por essa organização foi uma imposição legal.

Assim como a organização Beta, Gama também tem outras três linhas de crédito que proporcionam financiamentos ou empréstimos, no entanto, o entrevistado afirma que a concessão de microcrédito é o foco da organização, conforme ficou demonstrado no seguinte trecho da entrevista: “é um dos carros chefe da [organização Gama], né?! Vamos dizer assim, da [organização Gama] o carro chefe é o microcrédito”.

Ficou registrado, na fala dos entrevistados, que a concessão do microcrédito desempenha papel de destaque, sobretudo nas organizações Alpha e Gama, sem deixar de figurar na lista de interesses da organização Beta. Insta salientar que, apesar de o respondente de Alpha ressaltar a importância do microcrédito para a organização, a inexistência de controles, como o da efetivação de operações, remete a fragilidades na gestão dessa organização. Beta, por seu turno, discursa acerca de seu objetivo social de propiciar desenvolvimento e elevar o IDH, por meio da concessão de microcrédito, entretanto, conforme discutido, expõe inadequações em sua metodologia de concessão. Por fim, Gama se exhibe como a mais coerente dentre as três, visto assegurar ser o microcrédito seu carro chefe e demonstrar atitudes que corroborem seu discurso.



A próxima subcategoria expõe os riscos e os níveis de inadimplência das organizações pesquisadas, a fim de elucidar a situação das operações de microcrédito dessas organizações e verificar a autonomia financeira das mesmas (WOLLER; DUNFORD; WOODWORTH, 1999).

#### **4.2.3.2 Risco e inadimplência**

O risco e a inadimplência consistem em métricas que não podem ser desagregadas do processo de concessão de crédito, mesmo que o microcrédito tenha acentuado cunho social. Assim, esta subcategoria pretendeu identificar as ações das organizações estudadas, no sentido de mitigar os possíveis riscos das operações de microcrédito, bem como verificar os níveis de inadimplência dessas operações. Afinal, entende-se que se a análise da operação foi realizada com eficiência e o risco mitigado, então, as taxas de inadimplência devem ser aceitáveis para as organizações conessoras do crédito. Além disso, pode-se entender que o acompanhamento do processo creditício, pelo agente de crédito, minimize as possibilidades de inadimplência (BARONE et al., 2002).

O entrevistado da organização Alpha afirma que a essência do processo de concessão do microcrédito minimiza os riscos da operação, pois compreende que o acompanhamento realizado pelo agente de crédito também exerce a função de verificar a real situação do tomador. Contudo, tal declaração se mostra um pouco controversa, haja vista os elevados índices de inadimplência registrados pela Alpha, conforme demonstrado no depoimento a seguir.

A inadimplência, dado a fatores que eu não quero minuciar, não sei se convém minuciar, ela está muito alta no [organização Alpha]. Muito alta, muito alta. Tivemos vários problemas, talvez até de interpretação funcional. Nós tivemos funcionário aqui que anunciou o microcrédito, que era de um fundo perdido e não sei o quê. Então, algumas pessoas já vieram pegar com intenções outras. Ouvei falar

isso aqui, não posso confirmar porque não tenho uma sindicância, nenhum documento comprovando isso, mas há relatos de pessoas que estão aqui há mais tempo, de que tinha funcionário que falava isso, né? (...) é fundo perdido e tal. Então, eu acredito que isso também (...) é um dos fatores que fez com que aumentasse a questão da inadimplência.  
(relato de entrevista – Organização Alpha)

Os níveis de inadimplência de Beta estão dentro do aceitável, segundo o entrevistado. Ele declara que “por enquanto, ela tá aceitável e o que o [organização Beta] aceita é até 2%, né? No momento, ela tá aceitável, né?”.

O entrevistado enfatizou que Beta, assim como Alpha, também entende o acompanhamento do tomador, pelo funcionário da organização, como uma forma de abrandar o risco. Segundo ele, antes de o microcrédito ser orientado, os níveis de inadimplência estavam acima do admissível, por isso a modificação da metodologia de concessão do microcrédito. Importante destacar que, apesar de, atualmente, as taxas de inadimplência estarem dentro do aceitável, ele relatou que,

na realidade, quando se fala de orientado, é pra ter zero de inadimplência, né? Você tá recebendo orientação e tudo é pra ter zero de inadimplência. Hoje, os padrões são dentro da normalidade.  
(relato de entrevista – Organização Beta)

Fica nítida a cobrança de Beta no sentido de que o microcrédito não deve ter inadimplência, visto sua metodologia de concessão diferenciada em relação às dos demais produtos da organização (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

Por fim, o entrevistado da organização Gama asseverou que a taxa de inadimplência relativa ao microcrédito está dentro do admissível, pois as operações de concessão do microcrédito foram iniciadas em 2011, ainda há três meses de carência para o tomador efetuar o pagamento da primeira parcela,

portanto, os pagamentos dos empréstimos ainda se encontram em fase inicial. Sobre a inadimplência, o respondente narrou o seguinte:

É baixa. Atualmente, é baixa porque ela 'tá dentro do patamar aceitável porque, como a gente começou ano passado, né?, ano passado, e a gente trabalha com três meses de carência. Mas ela 'tá baixa, 'tá aceitável.  
(relato de entrevista – Organização Gama)

Destarte, é possível verificar que as organizações Alpha e Beta modificaram seus processos de concessão do microcrédito devido aos índices de inadimplência maiores que o admissível, contudo, Alpha parece não ter obtido sucesso neste quesito, pois publicou, no Diário Oficial do Município, em outubro de 2012, dois meses após a realização da entrevista contida nesta pesquisa, a chamada de, aproximadamente, mil tomadores de microcrédito que se encontravam em situação de inadimplência com a organização (PALMAS, 2012). A inadimplência elevada merece atenção, pois, ao que tudo indica, mesmo com a modificação do sistema de garantias, o nível continua acima do aceitável por Alpha, denotando problemas no processo de concessão do crédito, na gestão das operações e, possivelmente, no treinamento dos agentes de crédito responsáveis pela análise das operações.

Neste contexto, o discurso do entrevistado da organização Beta demonstra certa insatisfação em relação aos índices de inadimplência, mesmo afirmando que se encontram em níveis aceitáveis. Ele afirmou que as modificações realizadas no processo de concessão do microcrédito foram realizadas tendo em vista a redução da inadimplência e, além disso, o MPO tem como premissa o acompanhamento do tomador, pressupondo inadimplência reduzida. Ademais, é compreensível o descontentamento externalizado pelo entrevistado, haja vista, teoricamente, Beta ser a organização, dentre as estudadas, cujo risco é menor porque, afinal, concede microcrédito a seus

próprios clientes. Finalmente, Gama, assim como Beta, afirma possuir taxas de inadimplência aceitáveis, mas o entrevistado ressalta que os empréstimos começaram a ser quitados há pouco tempo, podendo, portanto, haver alterações neste cenário.

A subcategoria seguinte retrata a situação financeira das organizações conessoras de microcrédito no que diz respeito à (in)dependência de recursos externos à organização, sobretudo governamentais, para manter suas operações de concessão de microcrédito.

#### **4.2.3.3 Dependência de subsídios**

A subcategoria dependência de subsídios buscou identificar a autonomia financeira das organizações estudadas, no que diz respeito ao microcrédito. Assim, entende-se que, para que a organização seja considerada autônoma financeiramente, as operações de microcrédito devem ser suficientes para sustentar as despesas relacionadas às operações do mesmo.

Nesta subcategoria, o relato do entrevistado que mais se destaca é o da Alpha, provavelmente pelo fato de o microcrédito ser o único produto oferecido pela mesma, conforme segue.

[organização Alpha] foi constituído, por servidores municipais. A grande maioria deles são comissionados, não são concursados e o provento desse funcionários vem da prefeitura. Ele não é alimentado, vamos dizer, com o lucro que [a organização Alpha] teria. Então, se fosse colocar isso na planilha, pegar e custear todas as despesas dos servidores [da organização Alpha], com prédio, com água, com, etc. e tal, certamente, o capital não seria esse. Então, o que ficou estabelecido é que o capital deste fundo [de criação da organização Alpha], ele vai crescendo e vai se mantendo... Temos algumas despesas, mas boa parte das despesas [da organização Alpha], a exemplo dos servidores, é custeada por outra fonte. O dinheiro que 'tá na fonte, que 'tá no fundo

é para ser reemprestado. Então, ele... eu não sei que maneira poderia ser colocado, se é lucro, mas não é. O que 'tá acontecendo é que 'tá reemprestando e esse lucro está aumentando o capital para reemprestar. Então, as despesas nossas são custeadas por outra fonte. Então, eu não sei te dizer, hoje, que eu ainda não coloquei isso na planilha, se o que renderia com 2,5 [2,5% é a taxa a que o microcrédito é concedido] seria suficiente para [custear] as despesas [da organização Alpha].  
(relato de entrevista – Organização Alpha)

O entrevistado afirmou não saber informar se o microcrédito se sustenta, no entanto, declara que os recursos para a manutenção da organização são provenientes de outra fonte que não a própria organização. Considerando-se que Alpha foi constituída pelo município e os recursos são provenientes do mesmo, as despesas também são custeadas pelo município, sem, no entanto, estarem contempladas nos recursos destinados aos empréstimos de microcrédito. É interessante destacar a demonstração de despreocupação com relação à autonomia financeira da organização, uma vez que o entrevistado afirma não ter realizado projeções financeiras com vistas à verificação da possibilidade de a própria organização arcar com seus custos de funcionamento. Considerando a elevada taxa de inadimplência de Alpha e a indisponibilidade de recursos imediatos para a efetivação das operações de microcrédito, é possível inferir que a taxa de juros de 2,5%, praticada pela organização, não é capaz de manter as operações necessárias para o funcionamento de Alpha. Logo, ela se faz dependente de recursos oriundos do governo municipal para a manutenção de seu funcionamento.

O entrevistado de Beta assegurou que as operações se sustentam, ressaltando que os recursos “iniciais” para disponibilização do microcrédito derivaram da Resolução 3.310, de 31 de agosto de 2005, que exigiu dos bancos comerciais a destinação de 2% dos depósitos à vista para fins de empréstimos a pessoas de baixa renda. Desse modo, o capital inicial das operações de

microcrédito proveio da própria organização, que tem outras frentes de trabalho e, portanto, fontes de receita. Contudo, o entrevistado afirmou que a organização é capaz de sustentar o aparato técnico necessário para a manutenção de suas operações de microcrédito.

O representante de Gama ponderou que a manutenção da organização depende de recursos constantes no orçamento do governo estadual. Há indícios de forte dependência dos recursos oriundos do governo do estado, sobretudo para o pagamento das despesas com os salários dos funcionários que atuam na organização. Além disso, sabe-se que o fundo cujos recursos são destinados para a efetivação de operações do microcrédito foi criado com recursos do governo do estado e, assim, o capital inicial para a realização de concessão de microcrédito é proveniente da esfera pública.

Neste contexto, fica nítida a dependência de Alpha e Gama, no que diz respeito aos recursos municipais e estaduais, respectivamente, para a manutenção das operações dessas organizações. O contexto ora investigado demonstra que Alpha tem significativa taxa de inadimplência, situação na qual se pode inferir que as operações de microcrédito não seriam suficientes para a manutenção da organização. Ademais, Gama alega não haver recursos disponíveis suficientes para a concessão de empréstimos e, apesar de assegurar que os índices de inadimplência são aceitáveis, se deduz que o giro desse capital está com o prazo acima do esperado. Ou seja, como a organização opera desde 1998, esperava-se que os recursos emprestados “girassem” de modo a atender grande parte dos interessados em obter microcrédito. O entrevistado de Beta assegura que as operações de microcrédito efetuadas se autossustentam, ressaltando o fato de os recursos iniciais terem se originado de outras fontes de receita da organização.

Diante ao exposto, responde-se ao terceiro objetivo específico deste trabalho, que intenta examinar se os programas de concessão de microcrédito

apresentam indícios de autonomia financeira. Apesar de a lógica ter se voltado para a perspectiva institucionalista, a qual apregoa a necessidade de as organizações concessoas de microcrédito visarem o *double bottom line*, conforme defendido por Robinson (2001), percebe-se que apenas Beta se aproxima desta realidade, haja vista a dependência de subsídios governamentais presentes em Alpha e Gama. Em consonância com a teoria ora apresentada, tem-se que as organizações Alpha e Gama se assemelham à corrente “welfarista”, pois, em ambas, não foi percebida preocupação com a autonomia financeira dos processos de concessão do microcrédito.

Este resultado corrobora as iniciativas governamentais de incentivo e financiamento às ações promotoras do microcrédito no país. Dentre as três, Beta é a que mais se aproxima da lógica institucionalista, cujo objetivo é o *double bottom line*. Esse resultado pode se justificar pela prevalência do lucro nas organizações comerciais, caso da organização Beta. No Quadro 10 sumarizam-se as informações discutidas neste tópico e demonstram-se os resultados alcançados em resposta aos três objetivos específicos desta pesquisa.

Quadro 10 Síntese dos resultados obtidos nas categorias de análise

Aspecto	Alpha	Beta	Gama
<b>Concessão do microcrédito</b>	Adequada. Depende de recursos provenientes da iniciativa governamental	Inadequada, exige a existência de relações comerciais anteriores à concessão do microcrédito	Adequada, com recursos provenientes da iniciativa pública
<b>Alinhamento do processo de concessão de microcrédito ao seu público-alvo</b>	Apresenta pequenas falhas que não comprometem o processo de divulgação, não se preocupa em medir as efetivações	Processos de divulgação consistentes, mas com foco questionável. Afere o desempenho das efetivações pelo valor de liberações	Processos de divulgação frágeis, com significativo empenho para a mensuração da efetivação de operações
<b>O papel do microcrédito nas organizações</b>	Dependente de subsídios governamentais	Autônomo financeiramente	Dependente de subsídios governamentais

Os dados do Quadro 10 demonstram que as organizações Alpha e Gama, apesar de terem sido fundadas com o objetivo de atender à população de baixa renda, ou seja, visando objetivos sociais, têm falhas em seus processos de comunicação com os potenciais tomadores e não apresentam autonomia financeira, visto dependerem de subsídios governamentais para a manutenção de suas operações. Contudo, têm processos de concessão de crédito considerados adequados, quando se avaliam as características inerentes a essa metodologia alternativa de cessão de crédito. Deve-se salientar que os processos de concessão poderiam estar mais alinhados à teoria, caso empregassem o aval solidário como modalidade de garantia dos empréstimos e utilizassem veículos de comunicação mais direcionados a esse público-alvo (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008; BARONE, 2008; HASHEMI, 2007).

Por sua vez, a organização Beta, apesar de autônoma, financeiramente, em relação às operações de microcrédito, demonstra inadequação nos quesitos de metodologia de concessão de microcrédito e de comunicação com o público-alvo desse produto. Talvez, essa adequação parcial se dê devido ao caráter comercial desta organização, tendo em vista sua inserção no âmbito do microcrédito em decorrência do PNMPO. Percebe-se que não há consideração plena, apesar do discurso que reitera a relevância do microcrédito para a melhoria dos indicadores sociais da população, dos objetivos sociais do microcrédito.

Essa inconsistência entre o discurso e a prática da organização Beta pode ser justificada pelo fato de se tratar de uma organização de crédito pública. Assim, havendo inadimplência, Beta arca com o ônus superior ao valor emprestado, pois fica sem o recurso do pagamento da dívida e ainda necessita justificar, para a administração pública, o motivo do fracasso da operação.



Com base no arcabouço teórico-empírico delineado ao longo deste trabalho, os resultados suscitados são esquematizados por meio do *framework* a seguir (Figura 4).

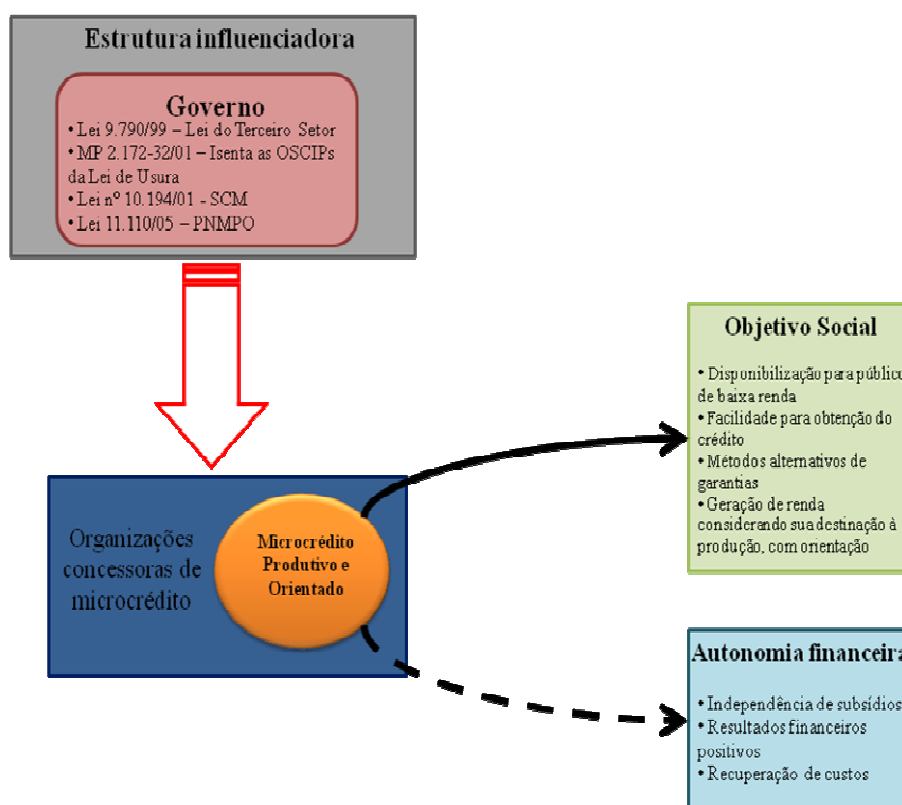


Figura 4 *Framework* do contexto de concessão do microcrédito produtivo e orientado

Conforme ilustrado na Figura 4, o governo é uma das organizações interessadas no microcrédito. O polígono cinza representa todas as organizações envolvidas na disseminação do microcrédito, tais como as ONGs, as OSCIPs e as demais ações da iniciativa privada e da sociedade civil; é como se formassem uma estrutura influenciadora. Dentre essas, sem dúvida, o governo, representado

pelo polígono cor de rosa, consiste no ator institucional que mais tem exercido pressão sobre as organizações concessionárias de microcrédito.

Essa pressão se traduz pela promulgação de leis e organização de programas de disseminação do microcrédito, tais como:

- a Lei nº 9.790/99, conhecida como Lei do Terceiro Setor, que possibilitou a inclusão do microcrédito como finalidade das OSCIPs, as quais passaram a ser autorizadas a acessar recursos públicos, por meio de Termo de Parceria;

- a Medida Provisória 2.172-32, de 23 de agosto de 2001, que isentou as OSCIPs da Lei de Usura (lei que limitou a cobrança de juros a 12%, ao ano);

- a Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que regula a constituição e o funcionamento das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM) e

- a Lei 11.110/05, que instituiu o PNMPO e seus desdobramentos, como a Resolução 3.310/05, do CMN, obrigando a destinação de 2% dos depósitos à vista dos bancos comerciais para aplicação em operações de microcrédito.

As medidas e os recursos destinados ao incentivo ao microcrédito pela iniciativa pública demonstram a crença governamental nesta metodologia de concessão de crédito para a minimização da pobreza no país. Desse modo, as organizações concessionárias de microcrédito, independentemente de sua constituição jurídica, são pressionadas a utilizarem a metodologia do microcrédito produtivo e orientado (MPO).

O MPO é assim denominado por se destinar às atividades produtivas, isto é, não pode ser utilizado para atividades de consumo e sua concessão ocorre de forma orientada pela organização, uma vez que o tomador é considerado carente de preparo técnico-financeiro.

Essas organizações concessionárias são acometidas pelo dilema de atendimento aos objetivos sociais e à autonomia financeira do MPO. No que

tange aos objetivos sociais, tendo em vista a perspectiva das organizações concessionárias de microcrédito, o MPO, além de estar disponível para o público de baixa renda, deve atender a esse público. Para tanto, é importante que os potenciais tomadores tenham facilidade de acesso ao crédito, considerando, inicialmente, o conhecimento da possibilidade de tomá-lo emprestado, a contratação simples e rápida e as metodologias de garantias que contemplem o perfil socioeconômico dos tomadores de microcrédito. Ademais, é indispensável o acompanhamento do processo microcreditício, desde seu início, a fim de permitir aos tomadores a orientação necessária para a geração de renda, por meio dos recursos financeiros tomados.

De modo semelhante, em consonância com a perspectiva institucionalista, o MPO precisa prover à organização concessionária o alcance de resultados financeiros positivos, por meio da recuperação dos custos das operações efetivadas, isto é, proporcionando desempenho financeiro capaz de torná-la independente de subsídios, sobretudo governamentais, tornando-se autônoma, financeiramente. Entretanto, nos casos estudados, não se pôde verificar a constatação dessa perspectiva nas organizações e, por isso, o tracejado da seta que as conecta no aspecto financeiro.

Destarte, no *framework* destaca-se a lógica discursada pelas organizações concessionárias de microcrédito, em que o governo é ator de relevância considerável, bem como as organizações concessionárias de microcrédito que atuam no sentido de capilarizar o MPO, visando objetivos sociais e autonomia financeira, simultaneamente.

É interessante notar que as organizações criadas pelo governo se assemelham a uma lógica próxima ao defendido pelos “welfaristas”, fato que pode ser corroborado pela despreocupação de Alpha em controlar as operações efetivadas e seu elevado índice de inadimplência. Esse cenário permite inferir que o governo municipal não exerce cobrança efetiva no sentido de obter o

retorno financeiro dos recursos aplicados, fomentando sua necessidade de recursos, sobretudo para a sua manutenção operacional. Por sua vez, Gama apresenta gestão de operações mais estruturada, contudo, exhibe o gargalo da indisponibilidade de recursos para a concessão imediata de microcrédito, afetando de maneira significativa seus potenciais tomadores, considerando que 45 dias constituem um intervalo de tempo bastante relevante para a população de baixa renda.

Por sua vez, Beta exhibe traços operacionais mais próximos à lógica institucionalista, visto que privilegia o retorno financeiro das operações, por meio da mitigação do risco em detrimento do alcance social, em decorrência do pré-requisito estabelecido para a concessão de microcrédito. Essa constatação apenas confirma a visão “welfarista” que advoga não ser possível a conciliação de objetivos financeiros e sociais, visto que, à medida que a organização auferir êxito em seus resultados financeiros, ela se afasta de seu objetivo social de servir às pessoas socioeconomicamente vulneráveis (WOLLER; DUNFORD; WOODWORTH, 1999; CONNUNG, 1999; MORDUCH, 2000).

Os resultados ora apresentados demonstram que, sob a perspectiva das três organizações abordadas, não é possível considerar, simultaneamente, objetivos sociais e autonomia financeira para a concessão de microcrédito, corroborando a vertente “welfarista” que assevera a existência de um *trade off* natural entre resultados sociais e financeiros.

No tópico a seguir apresentam-se as considerações finais, explanando as discussões das principais conclusões, as limitações deste estudo e as propostas para pesquisas futuras.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se investigar o processo de concessão do microcrédito, visando responder à seguinte questão: a política de concessão de microcrédito permite que as organizações conessoras de microcrédito atinjam objetivos sociais e autonomia financeira? Para responder a esse questionamento, o trabalho foi pautado no entendimento do processo de concessão de microcrédito e sua adequação ao público-alvo, bem como na verificação da autonomia financeira do microcrédito nas organizações estudadas.

Os resultados alcançados demonstram que o processo de concessão do microcrédito é coerente com as características dessa metodologia de cessão de recursos, nas organizações Alpha e Gama, existindo lacunas em relação ao tipo ideal de concessão de microcrédito relatado na literatura, por não empregar como garantia o aval solidário e não utilizar processos de comunicação que focalizem esse público-alvo. Reitera-se, contudo, que tais desvios não configuram prejuízos significativos para o processo de concessão de microcrédito.

A exigência de avalista como garantia neste processo é considerada válida e coerente com a metodologia do microcrédito. Ademais, os meios de divulgação utilizados foram considerados parcialmente adequados, em Alpha e Beta, por utilizarem a divulgação pela internet, o que pode ser considerado pouco eficiente para o público em questão, cujo acesso é reduzido a este tipo de mídia. Os processos de divulgação utilizados por Gama foram considerados adequados, pois a organização utiliza canais de comunicação que atingem os potenciais tomadores de microcrédito, entretanto, a divulgação é realizada de forma esporádica, em intervalos longos.

Ademais, no que tange ao processo de concessão do microcrédito, a organização Beta evidenciou o pré-requisito de o potencial tomador de

microcrédito ser cliente da organização. Tal exigência é considerada um contrassenso, incompatível com os objetivos sociais do MPO, pois não se pode exigir de um público-alvo, composto por pessoas excluídas do sistema creditício formal, a existência de relacionamento com um banco comercial.

Das três organizações analisadas, apenas Beta não depende de subsídios governamentais para a continuidade da concessão de microcrédito, no entanto, é a que apresenta maiores inconformidades no processo de concessão de, privilegiando os resultados financeiros em detrimento do objetivo social. Em contrapartida, as organizações Alpha e Gama podem ter seus processos de concessão avaliados como apropriados ao microcrédito, quando comparadas à Beta, entretanto, estão sujeitas ao repasse de recursos governamentais para a manutenção de suas operações, ou seja, são dependentes financeiramente. Esses resultados apontam para a confirmação da visão “welfarista”, que advoga a impossibilidade de as organização atenderem, simultaneamente, a objetivos sociais e financeiros, havendo, necessariamente, um *trade off* entre eles.

Destarte, diferente das tendências apresentadas na literatura sobre microcrédito, os casos estudados evidenciam a existência da lógica “welfarista”, a qual resguarda, para as organizações comprometidas com a promoção do desenvolvimento social e combate à pobreza, o financiamento, por meio de recursos subsidiados, de suas operações.

No âmbito teórico, este estudo contribui para a compreensão, na perspectiva das organizações concessionárias de microcrédito, da impossibilidade de conciliação dos objetivos sociais e autonomia financeira provenientes do microcrédito, considerando o cenário peculiar a esta pesquisa. Além disso, auxilia no adensamento e na maturação dos estudos em microcrédito, contribuindo para o fomento das discussões entre as perspectivas institucionalista e “welfarista”, bem como para a verificação do entendimento de

o microcrédito ser uma possibilidade factível para a redução da pobreza mundial.

Ademais, no campo empírico, colabora para o diagnóstico de lacunas no processo de concessão de microcrédito dessas organizações e, por consequência, para a efetivação de melhorias no mesmo. Também pode subsidiar avanços na gestão operacional das organizações participantes, bem como o aprimoramento das políticas públicas, no que diz respeito, sobretudo, à gestão dos recursos destinados ao microcrédito e à mensuração de seus retornos à sociedade.

Tendo em vista tais considerações, é importante salientar algumas dificuldades e limitações enfrentadas na realização deste estudo. Como em qualquer estudo de natureza qualitativa, os resultados encontrados não podem ser generalizados para outras realidades. Além disso, quando se trata de informações financeiras das organizações, mesmo assegurada a confidencialidade em relação à organização e ao entrevistado, o acesso aos dados é significativamente limitado. Outra dificuldade importante diz respeito à literatura, sobretudo internacional. É complexa a utilização da literatura internacional acerca de microcrédito, pois as pesquisas, usualmente, são pautadas em estudos de casos locais, os quais sofrem influências consideráveis da situação e da política macroeconômica do país em que se situam, gerando algumas impossibilidades de transposição dos mesmos para a realidade brasileira.

Almeja-se que este trabalho suscite novas indagações e, por consequência, outros estudos, por isso sugerem-se algumas temáticas. Recomenda-se replicar este estudo segmentando os tipos de organização conectoras de microcrédito (SCM, OSCIPs, bancos comerciais participantes do Programa Crescer, bancos do povo, entre outros), a fim de averiguar se há discriminação de algum tipo de organização em relação ao alcance do *double bottom line*, visto as críticas aos programas recebedores de subsídios, sem

comprovação de sua eficiência, serem crescentes, assim como a falta de transparência na utilização dos mesmos. Igualmente, é importante verificar a perspectiva dos tomadores de microcrédito e, nesse sentido, é essencial inquirir adimplentes e inadimplentes, a fim de mensurar a real adequação do processo de concessão de microcrédito disponibilizado pelas organizações. Outro ponto central, quando se trata de políticas públicas, é justamente identificar e mensurar o impacto dos recursos investidos em microcrédito para a melhoria da qualidade de vida dos marginalizados do sistema bancário tradicional. Estudos que abordem esta temática são essenciais para a avaliação da efetividade dos investimentos governamentais, bem como para a política de microcrédito em si.



## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999. 131 p.
- ALICE, L.; RUPPENTHAL, J. E. Microcrédito como fomento ao empreendedorismo na base da pirâmide social. **Revista Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, v. 7, n. 1, p. 23-34, jan./mar. 2012.
- ALVES, S.; SOARES, M. **Democratização do crédito no Brasil**: atuação do Banco Central. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004. 58 p.
- ANDREASSI, T. Impactos do microcrédito junto ao empreendedor de pequenos negócios: o caso do Bancri/SC. **Revista Administração em Diálogo**, n. 6, p. 75-85, 2004.
- ARAÚJO, E. A. **Análise do desempenho financeiro e social das organizações de microcrédito brasileiras**. Tese. 2012. 258 f. Tese (Doutorado em Administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Plano de ação para o fortalecimento do ambiente institucional**. 2012. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/nor/relinclin/Plano\\_de\\_Acao\\_PNIF.pdf](http://www.bcb.gov.br/nor/relinclin/Plano_de_Acao_PNIF.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2012
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007. 223 p.
- BARONE, F. M. et al. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65 p.
- BARONE, F. M. **Políticas públicas de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social**: o microcrédito no Brasil. 2008. 170 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- BASHAR, T.; RASHID, S. Urban microfinance and urban poverty in Bangladesh. **Journal of the Asia Pacific Economy**, v. 17, n. 1, p. 151-170, 2012
- BECK, T.; DERMIGUC-KUNT, A.; MARTINEZ PERIA, M. Bank financing for SMEs around the world: drivers, obstacles, business models and lending practices. **World Bank**, Nov. 2008. (Policy Research Working Paper, 4785).

BRAGA, M. B.; TONETO JUNIOR, R. Microcrédito: aspectos teóricos e experiências. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 69-86, mar. 2000.

BRASIL. Decreto nº 7492, de 2 de junho de 2011. Dispõe sobre a criação do Programa Brasil sem Miséria. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, p.6, 3 jun. 2011.

BRASIL. Lei n. 10.735, de 11 de setembro de 2003. Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas organizações financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e microempreendedores. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, p.8, 12 set. 2003. Seção 1.

BRONZO, C. Políticas locais de inclusão social, autonomia e empoderamento: reflexões exploratórias. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006.

CAMARGOS, M. A. et al. Fatores condicionantes de inadimplência em processos de concessão de crédito a micro e pequenas empresas do Estado de Minas Gerais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 2, p. 333-352, 2010.

CHAIA, A. et al. Half the world is unbanked. **Financial access initiative report**. Oct. 2009. Disponível em:  
<<http://financialaccess.org/research/publications>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

CHRISTEN, P.; ROSENBERG, R.; JAYADEVA, V. **Financial institutions with a “double bottom line”**: implications for the future of microfinance. Washington: CGAP/The World Bank Group, 2004. (Occasional Paper, 8).

CONFEDERACIÓN ALEMANA DE COOPERATIVAS. **Rol e importancia de las CAC en el área de microfinanzas**. 2005. Disponível em:  
<<http://www.dgrv.org/docs/Rol-cac-microf12-10-05.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

CONNING, J. Outreach, sustainability and leverage in microlending: a contract design approach. **Journal of Development Economics**, Amsterdam, v. 60, n. 1, p. 51-77, 1999.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. **Designing and conducting mixed methods research**. Thousand Oaks: Sage, 2007. 296 p.

DANTAS, V. **A tecnologia do microcrédito produtivo e orientado**. 2005. 8 p. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E3DC83362AC/tecnologia\\_do\\_mcpo\\_fomatado.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E3DC83362AC/tecnologia_do_mcpo_fomatado.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2013.

DUNFORD, C. The holy grail of microfinance: “helping the poor” and “sustainable”. **Small Enterprise Development**, v. 11, n. 1, p. 40-44, 2000.

FELTRIM, L. E.; VENTURA, E. C. F.; DODL, A. V. B. Inclusão financeira no Brasil: projeto estratégico do Banco Central. FELTRIM, L. E.; VENTURA, E. C. F.; DODL, A. V. B (Coord.). **Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 176 p.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 89-112.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. de. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 303-323.

GOMES, A. F. **Ação empreendedora e relações de gênero: um estudo multicase na cidade de Vitória da Conquista, Bahia**. 2010. 440 f. Tese (Doutorado em Administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras. 2010.

GONZALEZ VEGA, C. Servicios financeiros rurales: experiencias del pasado, enfoques el presente. **Economics and sociology occasional**. Columbus: The Ohio State University, 1998. (Paper, 2530).

GONZALEZ VEGA, C. Uma visão geral das microfinanças. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MICROFINANÇAS, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

GRAMEEN BANK. **Grameen Bank at a glance**: April 2010. Disponível em: <[http://www.grameen-info.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=752&Itemid=164](http://www.grameen-info.org/index.php?option=com_content&task=view&id=752&Itemid=164)>. Acesso em: 20 ago. 2012.

HAAN, L.; LAKWO, A. Rethinking the impact of microfinance in Africa: “business change” or social emancipation. **European Journal of Development Research**, London, n. 22, p. 529-545, 2010.

HASHEMI, S. **Beyond good intentions**: measuring the social performance of microfinance Institutions. Washington: CGAP/The World Bank, 2007. (Focus Note, 41).

HERMES, N.; LENSINK, R. The empirics of microfinance: what do we know? **Economic Journal**, v. 117, n. 517, p. 1-11, 2007.

HINA, H.; LIGHTFOOT, G.; HARVIE, D. **Microfinance**: sustainable entrepreneurship and the funding gap. 2011. Disponível em: <[http://www.uclan.ac.uk/lbs/research/research\\_institutes/files/Microfinance\\_Sustainable\\_Entrepreneurship\\_and\\_the\\_Funding\\_Gap.pdf](http://www.uclan.ac.uk/lbs/research/research_institutes/files/Microfinance_Sustainable_Entrepreneurship_and_the_Funding_Gap.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2012.

HOFF, K.; BRAVERMAN, A.; STIGLITZ, J. **The economics of rural organization**: theory, practice and policy. Oxford: Oxford University, 1993.

HOSSAIN, M. **Credit for the alleviation of rural poverty**: the Grameen Bank in Bangladesh. New Delhi: International Food Policy Research Institute, 1988. 89 p. (Research Report of IFPRI, 65).

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. **Perspectivas de expansão das microfinanças no Brasil**: marco legal, capitalização e tecnologia – relatório final. Rio de Janeiro, 2001. 171 p.

- JACOB, C. A. **Crédito bancário no Brasil**: uma interpretação heterodoxa. Campinas, 2003. 148 f. Tese (Doutorado em Economia)-Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- JAHIRUDDIN, A. T. M. et al. Can microcredit worsen poverty? Cases of exacerbated poverty in Bangladesh. **Development in Practice**, v. 21, n. 8, p. 1109-1121, 2011.
- JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A. T. Mixed methods research: a research paradigm whose time has come. **Educational Researcher**, Washington, v. 33, n. 7, p. 14-26, Oct. 2004.
- JUNQUEIRA, R. G. V.; ABRAMOVAY, R. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **RAUSP**: revista de administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 19-33, jan./mar. 2005.
- KHAVUL, S. Microfinance: creating opportunities for the poor? **Academy of Management Perspectives**, Briarcliff Manor, v. 24, n. 3, p. 58-72, 2010.
- LEDGERWOOD, J. **Microfinance handbook**: an institutional and financial perspective. Washington: Banco Mundial, 1998.
- LEITE, I. C. Contemporaneidade: pobreza, cidadanias desiguais e os novos desafios da política social. **Latinidade - Revista do Núcleo de Estudos das Américas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 79-103, jan./jun. 2010.
- LIMA, J. B. Pesquisa qualitativa e qualidade na produção científica em administração de empresas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999. CD-ROM.
- MACLEAN, K. Capitalizing on women's social capital? Women-targeted microfinance in Bolivia. **Development and Change**, Oxford, v. 41, n. 3, p. 495-515, 2010.
- MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.
- MERRIAM, S. B. **Qualitative research in practice**: examples for discussion and analysis. San Francisco: Jossey-Bass, 2002. 439 p.
- MONZONI NETO, M. P.; FIGUEIREDO, J. de C. Avaliação do Microcrédito Produtivo Orientado na Renda dos Microempreendedores. In: ENCONTRO DA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 32, 2008, Rio de Janeiro RJ. **Anais...** Rio de Janeiro RJ: ANPAD, 2008.

MORDUCH, J. The microfinance promise. **Journal of Economics Literature**, v. 37, n. 4, p. 1569-1614, 1999.

MORDUCH, J. The microfinance schism. **World Development**, v. 28, n. 4, p. 617-629, 2000.

NAQVI, F. B.; GUZMAN, G. F. Microfinanças em foco. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 25-29, nov. 2003/jan. 2004.

PALMAS. Município. Comunicado/Notificação. **Diário Oficial [do] Município de Palmas**, ano III, n.629, 16 out. 2012. Disponível em: <<http://diariooficial.palmas.to.gov.br/media/diario/629-16-10-2012.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

RIBEIRO, C. T.; CARVALHO, C. E. **Do microcrédito às microfinanças: desempenho financeiro, dependência de subsídios e fontes de financiamento: uma contribuição à análise**. São Paulo: EDUC, 2006. 210 p.

**Efeitos do microcrédito na geração de renda em microempreendimentos: avaliação de impacto do programa Real Microcrédito**. 2008. Tese (Doutorado em Administração de Empresa)-Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROBINSON, M. **The microfinance revolution: sustainable finance for the poor**. Washington: The World Bank, 2001. 304 p.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 312 p.

SANTOS, C.; CARRION, R. Microcrédito e pobreza: um diálogo possível? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, p. 53-67, 2009. Edição Especial. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552009000500005>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SECURATO, J. R. **Crédito, análise e avaliação do risco**: pessoas físicas e jurídicas. São Paulo: Saint Paul, 2002. 355 p.

SEIBEL, H. D. Does history matter? The old and the new world of microfinance in Europe and Asia In: **MONEYLENDERS TO MICROFINANCE**: southeast Asia's credit revolution in institutional, economic and cultural perspective, 2005, Singapura. **Working Paper** ... Singapura: University of Cologne, 2005.

SHETTY, S. Microcredit, poverty and empowerment: exploring the connections. **Perspectives on Global Development and Technology**, v. 9, p. 356-391, 2010.

SILVA, J. P. **Gestão e análise do risco de crédito**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 421 p.

SILVA, J. T.; GONÇALVES, S. M. S.; CALOU, A. L. Avaliando experiências de gestão social: os impactos do Banco Palmas para o desenvolvimento do território nos últimos 10 anos (1998-2007). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2008.

SOARES, M. M.; MELO SOBRINHO, A. D. **Microfinanças**: o papel do Banco Central do Brasil e a importância das cooperativas de crédito. Brasília: BCB, 2008.

SOUZA, J. A gramática social da desigualdade brasileira. In: SOUZA, J. (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 23-53.

STAUFFENBERG, D. V. et al. **Performance indicators for microfinance institutions**. a technical guide. 3. ed. 2003. Disponível em: <<http://www.microfinancegateway.org/p/site/m/template.rc/1.9.29094/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000. p. 435-454.

STIGLITZ, J. E.; WEISS, A. Credit rationing in the markets with imperfect information. **The American Economic Review**, Nashville, v. 71, n. 3, p. 393-410, 1981.

SUZUKI, Y. et al. The grameen bank “empowering the poor” model of microcredit: an institutional comparison with the traditional mode of the japanese banking system. **Journal of Comparative Asian Development**, v.1 0, n. 1, p. 129-156, 2011.

THEODORO, M. L. **As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil**. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, 762).

TOCANTINS. Lei nº 983, de 29 de maio de 1998. Dispõe sobre a criação do Instituto do Programa Social Divino Espírito Santo. **Diário Oficial [do] Estado do Tocantins** nº 698, Palmas, 29 maio 1998.

TOLEDO, F. Capital social, desenvolvimento e redução da pobreza: elementos para um debate multidisciplinar. In: CATTANI, A.; DIAZ, L. (Org.). **Desigualdades na América Latina**: novas perspectivas analíticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 155-188.

VARIAN, H. R. **Microeconomia**: princípios básicos. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006. 840 p.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 66-72, 2005.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2006. 288 p.

WOLLER, G.; DUNFORD, C.; WOODWORTH, W. Where to microfinance? **International Journal of Economics Development**, v. 1, n. 1, p. 29-64, 1999.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2002. 344 p.



## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Roteiro para entrevista semiestruturada – Agentes concessores de microcrédito

Nome

Email

Cargo

Organização

- 1) Como surgiu a iniciativa de concessão de microcrédito? Foi uma obrigação imposta pela Lei, uma identificação de um nicho de mercado ou a necessidade de realizar ações de responsabilidade social?
- 2) Há alguma iniciativa publicitária para a divulgação da concessão de microcrédito por parte desta organização? Ou, talvez, uma prática de oferta do mesmo para seus clientes habituais?
- 3) Como o microcrédito se encaixa no rol de produtos financeiros que a organização possui? É prioridade? Apenas cumpre determinação legal?
- 4) Qual a origem dos recursos destinados para operações de microcrédito?
- 5) Qual a relevância do microcrédito para as operações da organização?
- 6) O microcrédito traz lucros para a organização? Se não, por que continua existindo? Se sim, há planos para ampliá-lo?
- 7) Qual o valor máximo possível para concessão de crédito? E a taxa de juros? É possível que o microcrédito seja concedido mais de uma vez para a mesma pessoa? É necessário ter CNPJ? Declaração de IR?
- 8) Quais os requisitos necessários para conseguir o crédito? É necessário apresentar garantias? Aval?
- 9) O formato de concessão do microcrédito é o mesmo desde que a organização oferta este produto ou houve alguma modificação durante o período de sua introdução até hoje?
- 10) Há algum tipo de monitoramento/acompanhamento dos tomadores de crédito pela organização até a liquidação da obrigação?
- 11) Há inadimplência? É alta ou está em patamares aceitáveis? E atrasos nos pagamentos das parcelas?

- 12) O microcrédito concedido precisa ter uma destinação comprovada? Pode ser utilizado para o consumo ou apenas para a produção?
- 13) Geralmente, qual o perfil do tomador de microcrédito que vocês atendem?
- 14) Os tomadores de crédito consideram o processo de tomada de crédito exigente/burocrático ou se trata de uma operação sem maiores complicações/exigências de comprovações?
- 15) Qual(is) a(s) necessidade (s) mais comuns dos tomadores de crédito? Para que eles usam este dinheiro?
- 16) Vocês têm dados (registros estatísticos) de clientes que procuraram o microcrédito, mas não concluíram a operação? Por que não foram concluídas?

## **APÊNDICE B - Carta de apresentação e solicitação de autorização de pesquisa**

Prezado Sr(a),  
estou realizando uma pesquisa sobre “A utilização do microcrédito por empreendedores sociais”. Esta pesquisa é parte do trabalho de conclusão de curso para a obtenção do título de mestre em Administração, na Universidade Federal de Lavras - UFLA e está sendo realizada sob a orientação do professor Luiz Marcelo Antonialli e coorientação do professor Joel Yutaka Sugano.

O estudo consiste na realização de entrevistas com gestores e responsáveis pela concessão de microcrédito e com empreendedores sociais que tenham ou não utilizado o microcrédito como fonte de recursos.

Este trabalho espera identificar e documentar respostas a questões como: Qual a relevância da oferta de microcrédito para empreendedores sociais? Quais os principais entraves encontrados pelos empreendedores sociais para obterem recursos?

A realização deste trabalho visa contribuir para a disseminação das práticas comuns relativas à condução de um empreendimento social e também somar aos estudos que vêm sendo desenvolvidos a respeito do tema, a fim de consistir em uma possível fonte de compartilhamento de soluções que possam ser replicadas, transformadas e implantadas por outros empreendedores sociais iniciantes ou em atividade.

Vale ressaltar que as informações obtidas por meio das entrevistas terão **aplicação estritamente acadêmica** e o nome da organização, bem como, dos entrevistados, será **mantido sob sigilo**.

Dessa forma, vimos, através desta, solicitar sua autorização para a realização desta entrevista. Caso necessite de alguma informação adicional, por favor, entre em contato pelo email: [deborahsiade@yahoo.com.br](mailto:deborahsiade@yahoo.com.br).

Agradecemos a sua colaboração,  
Déborah Siade, Prof. Dr. Luiz Marcelo Antonialli e Prof. Joel Yutaka Sugano